



**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
MANOEL MOREIRA PENA**

# **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**FOZ DO IGUAÇU  
PARANÁ - 2011**

## SUMÁRIO

<b>2 IDENTIFICAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>3 ATO SITUACIONAL</b> .....	<b>5</b>
HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO .....	5
<b>4 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR</b> .....	<b>6</b>
MODALIDADES .....	6
NÚMERO DE TURMAS .....	6
RECURSOS HUMANOS DO COLÉGIO .....	7
RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS.....	9
RECURSOS MATERIAIS .....	9
LABORATÓRIO .....	9
BIBLIOTECA .....	10
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA .....	10
LABORATÓRIO DE AGROINDÚSTRIA.....	10
DEPARTAMENTO TÉCNICO.....	10
OFICINA MECÂNICA .....	10
INTERNATO.....	10
TURNOS DE FUNCIONAMENTO .....	11
CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO ESTABELECIMENTO .....	11
ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE .....	12
INCLUSÃO .....	12
DIVERSIDADE SEXUAL .....	14
ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA .....	14
USO INDEVIDO DE DROGAS .....	15
EDUCAÇÃO FISCAL.....	15
CULTURA AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA.....	16
EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	16
<b>5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA</b> .....	<b>17</b>
FUNDAMENTOS ÉTICO-PEDAGÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS.....	17
CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS.....	18
A FILOSOFIA E OS PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DA INSTITUIÇÃO .....	18
ESCOLA E CULTURA .....	18
GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	20
AVALIAÇÃO.....	23
PROFESSOR .....	25
PRINCÍPIOS.....	29
OBJETIVOS DA ESCOLA .....	30
MATRIZ CURRICULAR.....	30
<b>6 PROPOSTA DE TRABALHO ESCOLAR</b> .....	<b>31</b>
PROJETOS INTERDISCIPLINARES .....	33
AGENDA 21.....	33
PROJETO SALA VERDE.....	34
Planejamento de Trabalho.....	40
Atividades .....	40
PROJETO ORGÂNICOS .....	41
PROJETO RIO PÉ FEIO .....	43
TRILHA ECOLÓGICA .....	45
PLANTAS MEDICINAIS .....	49
PROGRAMA SEGUNDO TEMPO .....	49
<b>7 INSTÂNCIAS COLEGIADAS</b> .....	<b>50</b>
CONSELHO ESCOLAR .....	50
GRÊMIO ESTUDANTIL .....	50

APPAPF – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS .....	52
COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS.....	52
FORMAÇÃO CONTINUADA .....	52
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	54
<b>8 CALENDÁRIO ESCOLAR.....</b>	<b>55</b>
<b>9 PLANO DE AVALIAÇÃO INTERNA E SISTEMÁTICA DOS CURSOS.....</b>	<b>55</b>
<b>AVALIAÇÃO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....</b>	<b>55</b>
<b>10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico surgiu da necessidade da escola ter sua própria autonomia administrativa, jurídica e pedagógica dentro da realidade na qual está inserida, que é única.

É um compromisso coletivo e pedagógico com a construção da cidadania, que necessariamente está voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades da comunidade na sua totalidade.

Nessa perspectiva, a escola, reuniu todos os seus segmentos (Direção, Corpo Docente, Pedagogos, Funcionários, Pais e Alunos), para a elaboração da mesma, que é, portanto, o resultado significativo de um processo complexo de debates, estudos, reflexões e aperfeiçoamento do trabalho realizado na instituição.

Cabe, tão somente, à escola e a todos que dela fazem parte, construir, desenvolver, executar e avaliar a proposta, buscando sempre soluções para que o trabalho coletivo e participativo transcorra normalmente e que as dificuldades surgidas possam ser superadas.

Os objetivos desta instituição serão: o desenvolvimento pleno do aluno, para que o mesmo seja capaz de compreender, participar e posicionar-se com senso crítico; conhecer e valorizar a pluralidade sócio-cultural, situando-se, assim, como ser integrante e transformador da realidade na qual vive.

O Projeto Político Pedagógico apresentará os cursos, as séries, as disciplinas, os anseios e as metas da comunidade escolar. Assim, o processo de construção coletiva do mesmo, resulta da implantação das atividades intra e extra-classe, da análise e implantação de diferentes metodologias de trabalho, da transversalidade curricular, da organização do processo avaliativo, da realização de projetos, da atuação de apoio escola-família e das parcerias com instituições colaborativas.

O documento é uma expressão de vontade coletiva através da educação e servirá como instrumento de atuação e autonomia da escola.

## 2 IDENTIFICAÇÃO

O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena fica situado na Avenida General Meira, 391, no município de Foz do Iguaçu, criado pelo Decreto 31.657/60 de 29/08/60, autorização de funcionamento pelo Decreto 5.714/78 de 25/10/78 e código 00051.

A escola conta com 69.7 hectares de área total, abrigando, um campo experimental onde os alunos têm a oportunidade de realizar aulas práticas, possui máquinas e implementos agrícolas. Dispõe ainda instalações de laboratório de informática, de química, laboratório de Restaurantes e Bares, salas de aula, mini auditório e alojamentos para alunos internos. A biblioteca possui acervos de literatura e das áreas técnicas de turismo, meio ambiente e agropecuária.

O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena oferta o Ensino Médio Integrado Profissionalizante e Subseqüente ao Ensino Médio e seus alunos são da comunidade, de vários Municípios do Estado do Paraná e de outros Estados Brasileiros.

O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena tem por finalidade, ministrar o Ensino Médio Integrado Profissionalizante e o Ensino Subseqüente, observadas a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

As normas internas do estabelecimento estão contidas no Regimento Escolar. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço eletrônico: [www.fozceepmanoelmpena.seed.pr.gov.br](http://www.fozceepmanoelmpena.seed.pr.gov.br) e-mail: [fozceepmanoelmpena@seed.pr.gov.br](mailto:fozceepmanoelmpena@seed.pr.gov.br) ou no endereço:

Av. General Meira, 391  
Jardim Social II  
Foz do Iguaçu – PR  
CEP: 85853-110  
Fone: 3523-1332

### 3 ATO SITUACIONAL

#### HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO

O Colégio Agrícola foi criado pelo Decreto n.º 9.553, em **12 de junho de 1.953**, com a denominação de “ESCOLA DOS TRABALHADORES RURAIS DR. ERNESTO LUIZ DE OLIVEIRA”.

A partir de 1962, pelo Decreto n.º 7.504, passa a denominar-se “ESCOLA DOS TRABALHADORES RURAIS MANOEL MOREIRA PENA”.

Em 1.963 passa a ser “ESCOLA DE PREPARAÇÃO PRÉ-GINASIAL”, através das Portarias n.º 1.049 e n.º 1.204/62.

Em 1.964 é batizado de “GINÁSIO AGRÍCOLA MANOEL MOREIRA PENA”, através da Portaria 151/64.

A partir de 1.967, pela Portaria n.º 744/67, passa a denominar-se “GINÁSIO ESTADUAL MANOEL MOREIRA PENA”.

Iniciou em 1.956 o curso primário, até 1.963, ano em que começou a extinção do curso Primário, iniciando então o Pré-Ginasial. Em 1.969 teve início o Curso Vocacional de Economia Doméstica. Em 1.973, iniciou-se o 2º Grau com oferta das habilitações de Técnico em Agropecuária e Magistério, iniciando a partir de então a extinção do Ginásio.

Pelo Decreto n.º 5.714/78 a nomenclatura passa a “COLÉGIO MANOEL MOREIRA PENA – ENSINO DE 2º GRAU”.

Pelo Parecer 071/83, o Colégio recupera a identidade de Ensino Agrícola, recebendo a nomenclatura de “COLÉGIO AGRÍCOLA ESTADUAL MANOEL MOREIRA PENA – ENSINO DE 2º GRAU”.

Em 1.985 sai o Magistério, para instalar-se no Colégio Estadual Barão do Rio Branco.

A partir de 1.996, é extinta a oferta da habilitação de Técnico em Agropecuária, dando início em 1.998, das habilitações em nível Pós-Médio.

No ano de 1998 passa a ofertar o curso Pós-Médio Técnico em Produção Agrícola com ênfase em Horticultura.

No ano de 1999 passa a ofertar o curso Pós-Médio Técnico em Produção Agrícola com ênfase em Plantas Medicinais.

No ano 2.000 passa a ofertar o Ensino Médio.

No ano 2.001 tem início a extinção dos cursos Pós-Médios com especialização.

Com a revogação do Decreto n.2.208/97 e a construção de novas bases conceituais e legais para o ensino médio e a educação profissional tinham uma motivação mais ampla vinculada às lutas dos educadores, e uma mais específica, a de implementar uma nova política em seus estados. Assim, ao mesmo tempo em que buscaram retomar a função pública do Estado nesta política, se envolveram no debate e aprovação do Decreto n. 5.154/04 e foram os primeiros estados a começar a implementação do ensino médio integrado ao ensino técnico.

Atualmente o colégio usa a seguinte nomenclatura: “Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena”.

O Colégio está credenciado pela resolução nº 2488/02, publicado em Diário Oficial no dia 14/08/2002, e o ato de autorização e de reconhecimento estão em tramite.

Cursos ofertados até 2005:

- Técnico em Zoonoses – modalidade subsequente;
- Técnico em Agricultura – modalidade concomitante;
- Técnico em Pecuária – modalidade concomitante;
- Ensino Médio Regular.

Cursos ofertados de 2005 a 2010:

1. Técnico em Agropecuária – modalidade Integral Integrado ao Ensino Médio;

2. Técnico em Turismo Guia Regional – modalidade subsequente;
3. Técnico em Meio Ambiente – modalidade subsequente;
4. Técnico em Restaurante e Bar – modalidade subsequente.

Parcerias: Emater, Centro de Zoonoses, Receita Federal, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, SENAR, Sindicato Rural, ACIENS, Projetos junto a Prefeitura Municipal (BECA), Projeto junto a Itaipu Binacional – laboratório, plantas medicinais, Parceria junto a empresa AB Comércio de Insumos (experimentos de milho, soja, sorgo e trigo), Projeto junto a Eletrobras Furnas S A, junto a agricultores e no colégio, dentre outros.

## ATO ADMINISTRATIVO DO REGIMENTO ESCOLAR Nº 145/2002

Os Regimentos escolares são, indubitavelmente, uma forma de manifestação do Direito, ainda que atuem internamente e tenham por objetivo regular o funcionamento de cada estabelecimento. Daí porque o regimento escolar merece especial destaque. O regimento é um ato administrativo normativo que regula o funcionamento do estabelecimento de ensino. Ele é a “lei da escola”. Toda a legislação educacional, desde a Constituição até os pareceres normativos dos Conselhos de Educação chegam, ao final, à escola, que institucionaliza e concentra seus princípios e procedimentos no regimento escolar. Sob este aspecto, o regimento se constitui numa autêntica síntese do projeto político-pedagógico da escola.

O Regimento tem a finalidade de garantir a unidade filosófica, político-pedagógica, estrutural e funcional de todos os estabelecimentos de ensino, preservadas a flexibilidade didático-pedagógica de cada um.

## 4 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do Art. 36, Art. 40 e parágrafo único do Art. 41 da Lei nº 9394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

§ 1º - A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

## MODALIDADES

- Técnico em Agropecuária – modalidade integrado;
- Técnico em Agropecuária – modalidade subsequente;
- Técnico em Meio Ambiente – modalidade subsequente;
- Técnico em Turismo – modalidade subsequente;
- Técnico em Química – modalidade subsequente;

## NÚMERO DE TURMAS

Da disposição das turmas:

- Manhã e tarde (período integral): 01 turmas (Fase II), na modalidades subsequente em Agropecuária, e 06 turmas Ensino Médio Integrado em Agropecuária sendo (2 primeiros anos, 2 segundos anos e 2 terceiros anos).
- Noite: na modalidade Subsequente em Turismo (2 turma Fase I e Fase III), Meio

Ambiente (2 turmas Fase I e Fase III) e Química (1 turma Fase I).

- CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA – forma integrada – Carga horária: 4000 horas/ Carga horária com estágio: 4133 horas – 200 dias letivos anual.
- CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA – forma subsequente – Carga horária: 1800/horas/aula-1500 horas mais 67 horas de Estágio Profissional Supervisionado. Organização: SEMESTRAL – 200 dias letivos anual.
- CURSO TÉCNICO EM TURISMO – forma subsequente – Carga horária: 1050 – horas/aula: 1260. Organização: SEMESTRAL – 200 dias letivos anual.
- CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE – forma subsequente – Carga horária: 1500 horas/aula – 1250 horas mais 100 horas de Estágio Profissional Supervisionado.
- CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA – forma subsequente – Carga horária: 1760 horas /aula – 1467 horas mais 67 horas de Estágio Profissional Supervisionado. Organização: SEMESTRAL – 200 dias letivos anual.

Porte do Centro Estadual de Educação Profissional Manuel Moreira Pena – 03 capacidade para atender 490 alunos.

## RECURSOS HUMANOS DO COLÉGIO

03 Pedagogas	37 Professores sendo:
01 Pedagoga orientadora internato	03 Médicos Veterinários
02 Inspetores	06 Agrônomos
05 Administrativos de internato	03 Administradores Rurais
02 Auxiliares de secretaria e 01 secretário	04 Turismólogos
01 Bibliotecário	01 Bióloga
01 Assistente Administrativo	01 Tecnólogo de Alimentos
04 Coordenadores de Curso	01 Advogado
01 Agrônomo	01 Engenheiro Ambiental
01 Veterinário	01 Química Tecnológica
03 Técnicos Agrícolas	01 Enfermeiro
02 Motoristas	<b>Quadro Geral:</b>
01 Tratorista	01 Língua Portuguesa/Artes
01 Coordenador de Laboratório	01 Matemática
06 Trabalhadores de Campo	01 Física
02 Tecnólogos de Alimentos	01 Química
02 Vice-Direção	01 Biologia
03 Coordenadores de Estágio	01 Inglês
06 Cozinheiras	01 Espanhol
02 Merendeiras	01 História
02 Almoxeques	01 Geografia
05 Auxiliar de Serviços Gerais	01 Sociologia
03 Vigias	01 Informática
01 Funcionária de lavanderia	01 Filosofia
	01 Ed. Física

## PROFESSORES

- QPM (Quadro Próprio do Magistério): 26, sendo 14 com Pós Graduação Técnica e Pedagógica
- PSS (Processo Seletivo Simplificado): 12

## ALUNOS

Número de alunos: 420

Internos: aproximadamente 192 alunos

## PEDAGOGOS - 4

O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena conta, hoje, com quatro professoras pedagogas, sendo uma na função de Orientação ao Internato.

A atuação do Pedagogo é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho em sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula.

## FUNCIONÁRIOS - 42

Os serviços gerais têm a seu encargo o serviço de manutenção, preservação, segurança e merenda escolar do estabelecimento de ensino sendo coordenado e supervisionado pela Direção, ficando a ela subordinado.

Compõe os Serviços Gerais, mencionados serventes, merendeiras, vigias, inspetores de alunos e administradores de internato.

## SECRETARIA - 4

A Secretaria é órgão que terá a seu encargo todo o sistema de escrituração, documentação escolar, arquivo, fichário e correspondência do colégio e da Unidade Didático-Produtiva.

A secretaria ficará sob a responsabilidade de um secretário.

Os serviços de Secretaria são coordenados e supervisionados pela Direção, ficando a ela subordinados.

## DIRETOR - 1

A Equipe de Direção é o órgão que preside ao funcionamento dos serviços no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do Estabelecimento de Ensino definidos no Projeto de Implantação.

A Direção é exercida pelo Diretor eleito dentre os ocupantes de cargos do magistério, na forma da Lei vigente.

## DIRETOR AUXILIAR - 2

A direção auxiliar é o órgão que se responsabilizará pelo assessoramento das atividades técnico-administrativas e ou pedagógicas do colégio.

## SALAS DE AULA - 7



O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena possui 7 (sete) salas de aula, em condições de uso, requerendo pequenos reparos na parte funcional, elétrica e estética da construção. Todas estão localizadas num mesmo pavilhão térreo da escola. O espaço das salas é adequado para atendimento de no máximo 35 alunos por sala. O Porte do Colégio é 03 – com capacidade para atender 490 alunos.

## RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

- 01- Departamento técnico
- Oficina
- 01 - Garagem de implementos
- 01 - Sala de manutenção de alimentos (indústria rural)
- 01- Laboratório de análise de solos
- 01- Laboratório de Química
- 01- Laboratório de informática
- 01 - Laboratório de Restaurantes e Bares
- 02 salas Esporte Segundo Tempo
- Grandes Culturas 24 hectares
- Área Experimento 05 hectares
- Horta 01 hectare
- Fruticultura 0,5 hectare
- Pastagem 15 hectares – 22 animais
- Cuniário 10 matrizes
- Pocilga – 15 Matrizes
- Aviário 20 pintinhos e 100 codornas
- Viveiro de Muda 100 m<sup>2</sup>
- 07 salas de aulas
- 07 banheiros
- 02 Ônibus Escolares
- 02 Tratores
- 01 Kombi
- 01 Estufa de Hortaliças
- Implementos e Ferramentas Diversas
- Material Áudio Visual: 2 projetores, 2 multimídias, 6 tvs pendrive, 6 dvd's, 3 computadores, 2 micro sistem, 4 caixas de som, 2 microfones, 1 televisão.
- 30 - Computadores
- 01 - Sala de direção
- 01 - Sala de coordenação
- 01 - Sala de pedagogos
- 01 - Secretaria
- 01 - Sala dos professores
- 01 - Mini auditório
- 01 - Biblioteca
- 01 - Cozinha, copa e refeitório
- 02 - almoxarifados
- 01 - Lavanderia e rouparia
- 03- alojamentos – 1 feminino, 1 masculino

Setores de Olericultura, Fruticultura, Paisagismo, Vitrine Tecnológica, Viveiro de Produção de Mudas e Grandes Culturas.

Unidade Didático-Produtiva (área do colégio e suas instalações)

## RECURSOS MATERIAIS

Instalações Hidráulicas de irrigação;

Máquinas e motores;

Insumos agrícolas químicos e orgânicos;

Ferramentas;

Material Didático-Pedagógico: 1 videoteca, 6 televisores pendrive, 6 vídeos, 2 projetores de slides, 2 retroprojetores, Kit material topográfico (1 teodolito, 1 nível, 1 régua), 4 pranchetas, 2 réguas “T”, 1 mimeógrafo, 1 máquina de xerox, etc.

## LABORATÓRIO

A escola oferece aos alunos aulas práticas de laboratório que é muito importante para o

aperfeiçoamento dos educandos que após terem estudado aspectos teóricos dos conteúdos, os laboratórios servem como um momento prático de aprendizagem, nos quais o envolvimento dos alunos é total. A prática de laboratório possui finalidades didáticas amplamente variadas, levando o estudante a um encontro real com o tema de estudo, o que certamente proporcionará motivação e concretização do ensino, além de despertar o espírito de pesquisa, cujas dimensões transcendem a uma simples experiência controlada.

## **BIBLIOTECA**

Nosso colégio oferece uma biblioteca ideal para o estudo, incentivando o gosto pela leitura e auxiliando nas pesquisas escolares.

Dispõe de assinaturas de revistas e jornal. Possui um bom acervo bibliográfico para atender as necessidades dos alunos nas diversas disciplinas, necessitando atualização para a área técnica.

## **LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

Os alunos utilizam o laboratório de informática com o objetivo de aprender a utilizar o computador como ferramenta educacional bem como os softwares educacionais para complementar à aprendizagem dos conteúdos vistos em sala de aula. Este espaço também está destinado à digitação, a realizar pesquisa e elaborar trabalhos extra-classe.

## **LABORATÓRIO DE AGROINDÚSTRIA**

Uma sala especializada para os alunos colocarem em prática os conteúdos apresentados em sala de aula. Os alunos têm a oportunidade de realizar atividades práticas, podendo fazer a comparação das aulas práticas com as teóricas. O laboratório ainda precisa de novos equipamentos.

## **DEPARTAMENTO TÉCNICO**

O Departamento Técnico da escola é constituído como o próprio nome sugere, por uma equipe técnica formada por 1 técnico agrícola, 2 técnicos em agropecuária sendo este constituídos por um engenheiro agrônomo o qual supervisionam a fazenda escola, fazendo com que os trabalhos sejam realizados diariamente. Este departamento é responsável pela elaboração dos projetos dos setores em agropecuária que serão desenvolvidos no decorrer do ano letivo envolvendo alunos, professores e funcionários para a concretização dos mesmos. É função também do departamento técnico dar apoio e deixar os setores preparados para que os professores da área técnica possam utilizá-los pedagogicamente.

## **OFICINA MECÂNICA**

O colégio possui uma oficina mecânica para aulas práticas e reparos dos equipamentos.

## **INTERNATO**

O internato do Colégio destina-se a alojar os alunos e alunas internos e internas promovendo o bem estar social entre seus integrantes.

O internato é regido por um Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Escolar da escola e segue as leis do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O internato é destinado aos alunos e alunas matriculados nesta instituição de ensino no curso Técnico em Agropecuária Integrado ou modalidade Subsequente. A oferta do internato dá-se de acordo com as vagas existentes no estabelecimento de ensino.

O regime de internato não se destina a alunos e alunas residentes na zona urbana do município de Foz do Iguaçu.

## **TURNOS DE FUNCIONAMENTO**

Manhã, tarde e noite

## **CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO ESTABELECIMENTO**

O CEEP Manoel Moreira Pena oferta o curso técnico em agropecuária integrado e subsequente, onde aproximadamente 95% do total dos alunos deste curso permanecem em regime de internato atendendo alunos e alunas com idade que varia de 14 a 21 anos. O internato é destinado a filhos e filhas de pequenos agricultores da região, os demais são alunos de ambos os sexos que residem na área urbana. No início do ano letivo os pais dos alunos que ingressam na escola tanto em regime de internato como semi-internos vem até a escola e são atendidos no auditório para conhecer o regulamento interno da instituição, o Projeto Político Pedagógico, o Regulamento de Internato e atividades complementares dos cursos.

No período noturno os cursos são da modalidade subsequente para quem já concluiu o ensino médio. Os alunos na sua maioria residem em Foz do Iguaçu e estão no mercado de trabalho.

Na instituição os alunos desenvolvem diversas ações orientadas pelos professores nas práticas agropecuárias. O desenvolvimento de práticas nos setores agropecuários contam com manutenção, manejo alimentar, manejo sanitário, plantio, tratos culturais, colheita, montagem, desenvolvimento e avaliação de experimentos, acompanhamento dos resultados técnicos, econômicos e financeiros dos setores a partir de um planejamento coletivo dos professores e na tentativa de promover a articulação entre as disciplinas.

Essas atividades demandam de muita organização de setores, de planejamento diário e principalmente de recursos humanos. O recurso humano na escola precisa ser ampliado, pois a falta dos mesmos é um fator dificultador para o bom desempenho das atividades que são realizadas na escola.

Para alcançar os objetivos propostos nos cursos a formação continuada de professores e funcionários é imprescindível. O objetivo das atividades práticas relatados acima, é chegar efetivamente ao planejamento integrado e com isso buscar a prática do currículo integrado, no qual o conhecimento geral e específico/tecnológico sejam trabalhados no conjunto e não tratados como disciplinas técnicas e disciplinas da base nacional comum, neste sentido é necessário buscar constantemente conhecimentos para dominar a concepção de ensino médio integrado e superar a fragmentação do trabalho disciplinar. Pois, a integração não se resume a um mais um, o conhecimento de forma integrada demanda mudança na organização da escola, assim como o acompanhamento curricular e de formação continuada dos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino.

Durante todo o ano letivo são propostas ações que visam à formação dos professores e equipe pedagógica do colégio.

Reuniões técnicas pedagógicas e de planejamento, que são realizadas bimestralmente.

Atendimento individual e coletivo pela equipe pedagógica aos professores, utilizando o espaço da hora atividade.

Participação dos professores em eventos de formação continuada promovida pela SEED: seminários, simpósios e reuniões técnicas por área.

Sentimos a necessidade de termos mais tempo para reuniões pedagógicas e técnicas para que possamos reorganizar e replanejar no conjunto dos professores da Base Nacional Comum e área técnica o planejamento coletivo objetivando a articulação de conteúdos, na perspectiva de romper com a dualidade do ensino, buscando superar a formação unidimensional do técnico, que historicamente marcou o perfil dos egressos desta modalidade.

Um dos desafios que precisam ser superados é a fragmentação do trabalho disciplinar, a articulação da base nacional e técnica e a dificuldade da rotatividade de professores da Formação Básica.

Em nossa instituição existe um número reduzido de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Ao diagnosticarmos tais necessidades educacionais especiais o corpo docente junto à equipe pedagógica busca recuperar a defasagem de aprendizagem, utilizando para isto, novas metodologias e recursos facilitando o processo para os educandos compreenderem e assimilarem os conteúdos que não foram atingidos no decorrer do período letivo.

## **ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE**

A disponibilidade de horário para a preparação de aulas, atividades, busca de recursos didáticos, audiovisuais, acervo bibliográfico, material de apoio e pesquisa, leitura e reflexão de assuntos pedagógicos traz um compromisso de aperfeiçoamento e melhoria de condições para o corpo docente que bem instrumentalizado poderá melhorar a sua prática pedagógica.

Um profissional melhor preparado pode entender e aplicar às diferentes linguagens da práxis escolar, resgatando os valores sociais que a escola se propõe.

A escola pública faz diferença fundamental na vida comunitária onde se insere e assim, os professores têm a responsabilidade de colaborar para a diminuição das desigualdades sociais. A hora atividade quando bem aproveitada fortalece a identidade profissional do educador e este poderá superar as dificuldades apresentadas pelo mundo contemporâneo quando bem fundamentado para tal exercício profissional.

A hora atividade docente é realizada na escola, sendo organizada de forma a atingir o máximo possível de professores em um mesmo momento. Professores da área Técnica e Núcleo Comum possibilitando um maior entrosamento entre todos lutando pelo rompimento das barreiras entre as disciplinas, buscando a interdisciplinaridade, meio que respeita a verdade e a relatividade de cada disciplina, mas supera a visão fragmentada destas e a hierarquização. A interdisciplinaridade é um processo de co-participação, reciprocidade, mutualidade, diálogo, que leva à integração das disciplinas e de todos os envolvidos no processo. A interdisciplinaridade vai exigir e permitir a superação de visões fragmentadas que colocam barreiras entre as disciplinas, a disposição de romper barreiras entre as pessoas e funções, a modificação de hábitos, engajamento, aceitação dos próprios limites e abertura a contribuições, convergência para objetivos mútuos, disposição de romper monólogo em favor da prática dialógica, exercício da dúvida e da descoberta, valorização do cotidiano e preocupação com a visão de totalidade do homem como um ser no mundo.

## **INCLUSÃO**

O Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã.

Nessa direção, o governo brasileiro tem o compromisso maior de promover uma educação de qualidade para todos, entendida como direito humano essencial. Assim, a universalização do ensino fundamental, a ampliação da educação infantil, do ensino médio, da educação superior e a melhoria da qualidade em todos esses níveis e nas diversas modalidades de ensino são tarefas prioritárias.

Além disso, é dever dos governos democráticos garantir a educação de pessoas com necessidades especiais, a profissionalização de jovens e adultos, a erradicação do analfabetismo e a

valorização dos (as) educadores (as) da educação, da qualidade da formação inicial e continuada, tendo como eixos estruturantes o conhecimento e a consolidação dos direitos humanos.

Em tempos difíceis e conturbados por inúmeros conflitos, anda mais urgente e necessário que educar em direitos humanos, tarefa indispensável para a defesa, o respeito, a promoção e a valorização desses direitos. Esse é um desafio central da humanidade, que tem importância redobrada em países da América Latina, caracterizados historicamente pelas violações dos direitos humanos, expressas pela precariedade e fragilidade do Estado de Direito e por graves e sistemáticas violações dos direitos básicos de segurança, sobrevivência, identidade cultural e bem-estar mínimo de grandes contingentes populacionais.

Ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. Da mesma forma, há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras. Conforme a Constituição Federal em seu artigo 5º todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Uma concepção contemporânea de direitos humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência.

O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos (ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os (as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. Além disso, propõe a formação de cada cidadão (ã) como sujeito de direitos, capaz de exercer o controle democrático das ações do Estado.

Uma sociedade inclusiva garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aquelas que conseguem ocupá-los só por méritos próprios. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

O mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Em uma sociedade cada vez mais diversificada, o ensino inclusivo ensina os alunos a aceitar as pessoas que são diferentes.

Outro intuito da inclusão é assegurar igualdade de oportunidade àqueles que apresentam necessidades educacionais especiais e dificuldades de aprendizagem.

Estamos abertos a incluir todos os alunos, mas, devemos salientar que no curso Técnico em agropecuária existe uma diversidade de aulas práticas que exige locomoção para o campo, manejo de materiais e equipamentos para a agricultura e pecuária, o que poderá dificultar para o educando portador de algumas necessidades especiais realizar tais atividades.

Nossa escola está aberta a incluir todos os alunos, por que apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais como direito a educação, a igualdade de condições e permanência na escola e estes deverão ser assegurados pelo estado e estão regidos na Constituição Federal de 1988 em seus artigos 205, 206 e 208.

O movimento da Inclusão está chegando para acabar com o preconceito e tem como objetivo a construção de uma sociedade para todos, mais igualitária e justa. Para que isso aconteça é necessário que ocorra mudanças atitudinais para que consigamos modificar os diferentes ambientes, infraestrutura ou barreiras arquitetônicas.

A inclusão para muitos ainda é um sonho, mas quem sabe um dia poderá torna-se realidade.

É necessário que nós, educadores tenhamos bem claro os conceitos inclusivistas, para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independente de sua cor, idade, etnia ou tipo de necessidade especial.

## **DIVERSIDADE SEXUAL**

A escola é um dos espaços para a promoção da cultura do reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças como um todo (BRASIL, 2007).

Recentemente, diversos estudos têm mostrado como a homofobia se manifesta no ambiente escolar (KNAUT, TERTO JR e POCAHY, 2006; UNESCO, 2004). A homofobia é um fenômeno de intolerância a diversidade sexual. Da mesma forma que a xenofobia, o racismo ou o anti-semitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em restringir direitos básicos ao designar e classificar as pessoas como inferiores ou anormais Borrillo, (2000). Os estudos que tem lançado luz sobre o tema da homofobia nas escolas remetem à família, à direção das escolas e ao papel do professor em sala de aula importantes atores para a promoção e valorização da diversidade sexual.

É papel da educação como política pública encontrar um caminho que promova a discussão sobre as demandas de igualdade das mulheres, superando uma sociedade sexista, sem que isso reforce padrões heteronormativos ampliando os espaços para a diversidade sexual. Conforme a Constituição Federal em seu artigo; art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim entende-se que a escola pode ser o espaço onde é possível criar novos modelos para pensar e repensar o mundo em toda a sua diversidade e complexidade, mas a escola sozinha jamais conseguirá responder a todos os questionamentos que vem surgindo em torno dos modelos de sexualidade.

Os educadores conversam com os educandos sobre relacionamentos, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, direitos, orientação, violência e identidades para desconstruir uma série de mitos sobre a sexualidade.

Tais atividades estão de acordo com a Lei Estadual do Paraná, 1989; que apresenta as seguintes leis;

- Lei Estadual 11733/97 – Campanhas de educação sexual nos estabelecimentos de ensino;
- Lei Estadual 11734/97 – Torna obrigatória os programas de informação e prevenção da Aids nas escolas;
- Lei Estadual 16105/09 – Semana de orientação sobre gravidez na adolescência; 1º semana de maio.
- Lei Estadual 16454/10 – 17 de maio – Dia Estadual de Combate a Homofobia.
- Parecer CP/CEE nº 01/09 aprovado em 9 de outubro de 2009, na 8º Reunião Ordinária – Solicita normatização para a inclusão do nome “social” nos registros escolares do aluno.

A educação é espaço por excelência para questionamento, contestação e transformação de valores sociais, morais e simbólicos estabelecidos nas sociedades. Além disso, as escolas são espaços para promoção da cultura do reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças como um todo.

## **ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA**

É necessário considerar o fenômeno da Violência a partir de uma perspectiva histórica, social e política. Compreende-se a violência na escola como um processo que se constitui historicamente no espaço e no tempo escolar. A violência na escola torna-se preocupante pelo fato de que enquanto espaço institucionalizado de desenvolvimento do indivíduo pela educação. Sendo esta um processo de socialização, de desenvolvimento intelectual, científico e filosófico do indivíduo demanda de enfrentamento à violência na escola visa ampliar a compreensão e formar

uma consciência crítica sobre a violência e, assim, transformar a escola num espaço onde o conhecimento toma o lugar da força.

O enfrentamento à violência na escola requer formação continuada dos profissionais da educação, reflexões e discussões em grupos de estudos, seminários e oficinas sobre as causas da violência e suas manifestações bem como a produção de material de apoio didático-pedagógico.

A violência no interior da escola pode ser entendida como um processo complexo e desafiador que requer um tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado teoricamente, por meio de conhecimentos científicos, desprovidos de preconceitos e discriminação.

Apenas em 1990, fruto do desdobramento da Constituição Federal de 1988 (em especial de seu artigo 227), da Convenção Internacional de 1989, bem como da reivindicação de inúmeras entidades, movimentos e atores sociais, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA traz a doutrina jurídica da proteção integral. A criança deixa de ser vista como objeto de intervenção da família, da sociedade e do estado e passa a ser entendida como um sujeito de direito e em desenvolvimento. Daí a importância da educação.

É claro que todo direito pressupõe uma reciprocidade de deveres, por isso cabe a todos os envolvidos no processo educativo de crianças e adolescentes, pautar esta questão. Além da compreensão acerca do ECA, é importante compreendermos que um trabalho de enfrentamento à violência na escola pressupõe, por parte desta mantenedora, de um encaminhamento pautado em três eixos de ação: diagnóstico, estudo e produção de material de apoio didático-pedagógico; formação continuada dos profissionais da educação, e acompanhamento e promoção de ações interinstitucionais. Esses eixos foram definidos pela Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos – CDEC/DPPE/SEED e balizam suas ações.

## **USO INDEVIDO DE DROGAS**

A prevenção ao uso indevido de drogas é um trabalho desafiador, que requer tratamento adequado e cuidadoso, fundamentado em resultados de pesquisa, desprovido de valores e crenças pessoais. Por meio da busca do conhecimento, educadores e educandos são instigados a conhecer a legislação que reporta direta ou indiretamente a esse desafio educacional contemporâneo, bem como a debater assuntos presentes em nosso cotidiano como: drogadição, vulnerabilidade, preconceito e discriminação ao usuário de drogas, narcotráfico, violência, influência da mídia, entre outros.

## **EDUCAÇÃO FISCAL**

A proposta da Educação Fiscal é estimular o cidadão a refletir sobre a função sócio-econômica dos tributos, possibilitar aos cidadãos o conhecimento sobre administração pública, incentivar o acompanhamento, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

Todas as atividades são realizadas com base na concepção de educação da SEED, preconizada nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Dessa forma, por meio da formação continuada são oferecidos subsídios teórico-metodológicos aos Profissionais da Educação para que estes realizem, na medida do possível, a abordagem pedagógica dos assuntos da Educação Fiscal, relacionando-os aos conteúdos historicamente acumulados.

A Educação Fiscal faz parte de um Programa Nacional (PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal), representado, no Estado do Paraná por meio do Grupo de Educação Fiscal Estadual – GEFE/PR. Este é constituído pela parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (SEED) a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Centro de Treinamento da Escola de Administração Fazendária (CentroESAF), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e outras instituições, como a Controladoria Geral da União (CGU), por exemplo.

## **CULTURA AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA**

A política de inserção da temática da diversidade étnico-racial em várias políticas públicas, nos diferentes níveis de governo, nas áreas da Educação, principalmente de implementação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatória a inclusão dos estudos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares, na saúde, geração de emprego, renda e cultura. Inseridos nos conteúdos das disciplinas, os temas vêm contribuindo de forma efetiva para a superação de práticas preconceituosas seguidas de racismo e de discriminação no espaço escolar. Reconhece-se as diferenças para, a partir daí, construir identidades e efetivar uma igualdade, tanto de condições, como de direitos e deveres.

Fomentamos práticas voltadas para a convivência plena dos cidadãos, incentivando programas de inclusão socioeducacional, desenvolvendo políticas de reparação, por meio de ações afirmativas diversas como a valorização do patrimônio histórico-cultural das etnias marginalizadas enfim, buscamos implementar ações que, supere os preconceitos historicamente forjados e as discriminações tradicionalmente toleradas, resgatando a auto-estima, a cidadania e a identidade racial das comunidades que compõem a sociedade brasileira, particularmente afro-descendente.

Fazemos uma abordagem multidisciplinar de temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana, com vista à ampliação do foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial e social ao conhecimento e valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira e africana.

A lei 11.654/08 é sem dúvida, uma prática pública de inclusão e ação afirmativa e, ao mesmo tempo resultado de um intenso movimento de luta anti-racista no Brasil, gerando uma série de iniciativas voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira, bem como servir de estímulo à reconstrução da identidade afrodescendente.

## **EDUCAÇÃO INDÍGENA**

A Constituição Federal assegura às comunidades indígenas o direito de uma educação escolar diferenciada e a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Cabe ressaltar que, a partir da Constituição de 1988, os índios deixaram de ser considerados uma categoria social em vias de extinção e passaram a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com direito a manter «sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições».

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garantiu aos povos indígenas a oferta de educação escolar intercultural e bilíngüe.

A Resolução n.º 3, de 10/11/1999, do Conselho Nacional de Educação, que fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, define como elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena.

A população indígena brasileira é composta por cerca de 360 mil indivíduos pertencentes a 219 etnias, segundo estimativas da Fundação Nacional do Índio (Funai) e organizações não-governamentais (ONGs).

A coordenação das ações escolares de educação indígena está, hoje, sob responsabilidade do Ministério de Educação, cabendo aos Estados e municípios a sua execução. A União deve apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

Para tanto, estão sendo implementados programas com os objetivos de proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; e de garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não-indígenas.



## 5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

### FUNDAMENTOS ÉTICO-PEDAGÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS

A educação possibilita a compreensão da realidade histórico-social e explicita o papel do sujeito como construtor e transformador da realidade. Sabendo que a escola é condicionada pelos aspectos sociais, políticos e culturais, mas contraditoriamente existe nela um espaço que aponta a possibilidade de transformação social. Nossa teoria sustenta a finalidade sócio-política da educação.

Nossa prática pedagógica propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando a transformação da sociedade (ação-compreensão-ação). O enfoque no conteúdo como produção histórico-social de todos os homens, superando as visões não críticas e crítico-reprodutivistas da educação.

É num processo de luta política que os sujeitos em contexto de escolarização definem os seus conceitos, valores e convicções advindos das classes sociais e das estruturas político-culturais em confronto. Os conteúdos escolares estão organizados a partir desse processo, ao serem fundamentados por conceitos que dialogam disciplinarmente com as experiências e saberes sociais de uma comunidade historicamente situada.

A natureza e especificidade da educação refere-se ao trabalho não-material, que na escola pública não se subordina ao capital. Defendemos a escola como socializadora dos conhecimentos e saberes universais. A ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e o ato pedagógico.

A interação entre professor-aluno-conhecimento e contexto histórico-social propicia uma visão crítica de mundo. O objetivo não é ensinar ao educando determinados conteúdos, mas sim trabalhar coletivamente em torno de situações problemas, levando-os a busca de soluções, e fazendo-os perceberem-se como sujeitos de seu próprio conhecimento no qual farão uso deste para interferirem e modificar a realidade atual.

Para Veiga (1998), “o currículo não é um instrumento neutro, o segundo ponto é o de que o currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado”, assim, nossa prática implica na identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação. Assim como, converter o saber objetivo em saber escolar de modo a torná-lo assimilável pelos alunos das camadas populares no espaço e tempo escolares e prover dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação.

Valorizamos a escola como espaço social responsável pela apropriação do saber. Por isso, contemplamos os conteúdos universais incorporados pela humanidade que são permanentemente reavaliados face às realidades sociais, conteúdos indispensáveis à compreensão da prática social.

Para atender à lógica, os interesses e necessidades da maioria de nossos alunos, a concepção de educação não pode se limitar à questão da distribuição de conteúdos, logicamente estruturados pelo professor, nem à organização de temas segundo interesses individuais dos alunos, mas ela inclui a sistematização coletiva de conteúdos, a qual envolve a coletivização da prática social dos alunos que, problematizada, vai gerar as questões a serem estudadas durante o curso. Então, ao invés de transmitir um conteúdo que seria definido “a priori” por grupos de especialistas, o conteúdo a ser trabalhado é definido a partir das necessidades colocadas pelas práticas sociais. Assim, não se trata apenas de transmitir conhecimentos, embora o inclua, mas é sobretudo, instrumentalizar prática e teoricamente as pessoas para darem conta de problemas igualmente práticos.

Segundo Saviani (1991), devemos lutar para superar a visão que restringe a escola à transmissão de verdades científicas e que vê o currículo como corpo de conhecimentos pré-determinados, organizados hierarquicamente, resultantes de um consenso cultural. Enfim, o

currículo, para ser justo, deve ser construído dentro da sala de aula, precisamos conhecer o aluno, para saber o que tem significado para ele, o que é relevante para ele, suas curiosidades, necessidades e lutas.

Assim, precisamos de um professor que, ao invés de estar preocupado em apenas transmitir conhecimentos, transforme o pensamento desse aluno em um objeto de investigação e o faça falar e descobrir, que promova a troca e o confronto de idéias, que conheça e respeite o estágio de desenvolvimento e que selecione e organize estratégias e contextos.

## **CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS**

A escola nunca é neutra, mas sempre ideológica e politicamente comprometida. Por isso cumpre uma função específica que é socializar os conhecimentos e saberes universais. A ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e o ato pedagógico.

A concepção norteadora do processo ensino-aprendizagem de nossa escola é histórico crítica, permeando, conseqüentemente o método dialético de construção do conhecimento. Assim, o verdadeiro processo didático, a aprendizagem, no seu aspecto nuclear e mais interno, seria a relação de alunos e professores com o conteúdo e saber escolar, considerando, sempre como um conteúdo social. Essa prática social traduz a compreensão e a percepção que perpassam todo grupo social. Evidentemente, a expressão dessa prática dar-se-á por um indivíduo que aprendeu subjetivamente, utilizando filtros pessoais e sociais.

O ponto de chegada do processo pedagógico na perspectiva histórico-crítica é o retorno a prática social. Esta fase representa a transposição do teórico para o prático dos objetivos da unidade de estudo, das dimensões do conteúdo e dos conceitos adquiridos. Professor e alunos modificaram-se intelectual e qualitativamente em relação a suas concepções sobre o conteúdo que reconstruíram, passando de um estágio de menor compreensão científica a uma fase de maior clareza e compreensão dessa mesma concepção dentro da totalidade.

Saviani (1991), afirma que a educação transforma de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática. Não basta, porém, atuar intelectualmente, possibilitando ao aluno a compreensão teórica e concreta da realidade. É mister, ainda, que em pequena escala, possibilitar ao educando as condições para que a compreensão teórica se traduza em atos, uma vez que a prática transformadora é a melhor evidência da compreensão da teoria.

## **A FILOSOFIA E OS PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DA INSTITUIÇÃO**

### **ESCOLA E CULTURA**

Preocupados com a questão a democratização da cultura, dentro do quadro geral da democratização fundamental temos, necessariamente que dar atenção especial aos déficits quantitativos e qualitativos de nossa educação.

A cultura é um todo e, deste todo, cada um de nós, como seres cultos pelos saberes construídos em função das experiências que se tornaram consciência prática ou crítica, faz parte e o todo é parte de cada um de nós. Assim sendo, parte e todo se imbricam numa dialética, afinal, somos seres que estabelecemos relações com os outros e com o mundo e, dessa forma, nos construímos e construímos o mundo em que vivemos. Pelos saberes construídos com base nos sentidos absorvidos dos contextos e das relações estabelecidas, acabamos produzindo ou reproduzindo a cultura.

Esse processo se dá com perdas e incorporações através da reelaboração constante do passado no presente; às vezes esse processo resiste á dominação cultural proposta pelos capitalistas, expressa pelos recursos midiáticos e reforçada em âmbito escolar na prática pedagógica que não pensa e nem respeita a diversidade.

A cultura está em nós e nós estamos na cultura. Todo o ser humano tem cultura independente das condições de vida e de ser ou não letrado, pois vive numa ou mais cultura e dela

participa na medida em que estabelece relações interpessoais ou não, onde os sentidos são absorvidos, incorporados, o que também ocasiona perdas, resultando num modo de vida. E por participar de um modo de vida e dele ter um conhecimento se tem a condição de um ser culto na cultura.

O espaço que ocupamos, enquanto ser cultural, refere-se ao modo de vida (cultura) que temos, sendo este, fruto da convivência e de influências externas permeadas por sentidos e valores, bem como, por princípios que orientam nossas ações de relação na cultura através de uma linguagem, sendo que esta nos permite leituras de mundo diferenciadas de outros modos de vida. Paulo Freire (1996), é “vigilante contra todas as práticas de desumanização” para perceber-nos na cultura como ser cultural precisamos do estranhamento, ou seja, confrontar-nos com a diferença para construir-nos em relação com os outros e com o meio (o mundo) de forma consciente em relação a diferença que existe, visto que, as pessoas não são iguais pois não vivem em condições idênticas. A diferença é enriquecedora, na medida em que conhecemos o outro e percebemos o seu valor na construção de um cidadão consciente das diferentes dimensões e desafios e também nos humanizamos e aprendemos a respeitar a diferença como direito de existência.

Desde logo, afastamos qualquer hipótese de uma educação puramente mecânica e alienante trabalhamos para a construção de um ser cultural na cultura, que precisa compreender-se para compreender as relações com os outros com os quais pretende trabalhar, ajudando-os na transformação das condições que não permitem ver a diferença como um valor.

Pensamos a educação do homem brasileiro em posição de tomada de consciência (política, cultural, técnica e humanista) na emersão que fizera no processo de nossa realidade. Ensinar por essência, é uma forma de intervenção no mundo, uma tomada de posição, uma decisão, por vezes, até uma ruptura com o passo e o presente. Pois, quando fala de “educação como intervenção”, Paulo Freire (1996), refere-se a mudanças reais na sociedade: no campo da economia, das relações de humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde.”

“Há que se travar relações permanentes com este mundo que decorre, pelos atos de criação e recriação. Relações com a realidade e na realidade” Paulo Freire, (1996).

Sintetizando, assumir uma concepção de educação profissional, tendo o trabalho como princípio educativo que considere o homem em sua totalidade histórica e a articulação entre trabalho manual e intelectual, presentes no processo produtivo contemporâneo, bem como as controvertidas implicações daí decorrentes no âmbito dos processos de formação humana, significa entender que a integração do ensino médio à educação profissional pressupõe a formação de pessoas que compreendam a realidade e possam atuar como profissionais que compreendam os processo de trabalho em suas dimensões científica, tecnológica e social.

Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (GRAMSCI, 1981, p. 144 e SS.)

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.

Para que exista unidade entre escola e vida, entre instrução e educação é preciso que o educador e o educando tenham uma postura consciente e crítica do

*“[...] contraste entre o tipo de sociedade e de cultura que ele (o educador) representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos[...].” (GRAMSCI, 1979).*

É por essas razões que a assimilação servil do conhecimento estreita horizontes tanto do educador como do educando.

Nessa perspectiva, a proposta de trabalho escolar é caracterizada pelo processo democrático. Nessa proposta, os professores passam a ser considerados atores e autores do processo de ensino, passam a participar de todo o processo do momento da concepção de sua proposta de trabalho e sua efetivação em sala de aula.

Integramos os conteúdos sócio-históricos aos científicos e tecnológicos para que o aluno compreenda que as determinações sociais, políticas e econômicas atendem as relações sociais e as mudanças do mundo do trabalho.

Para atender esta realidade buscou-se na escola construir o planejamento conjunto dos professores da formação básica e técnica, reunindo-os por afinidades entre as áreas.

Os currículos organizados a partir dos clássicos fragmentos disciplinares dificultam, de fato, a interação entre os diversos campos do conhecimento. No entanto, tampouco uma artificial abordagem interdisciplinar proposta da disciplinarização tem se mostrado capaz de romper as barreiras da parcialidade e da fragmentação.

Assim, tomar o trabalho como princípio educativo significa, em última instância, recorrer à teoria e à prática do trabalho como referências permanentes na organização do trabalho pedagógico: do planejamento (definição das concepções, do perfil, dos conhecimentos, das formas metodológicas, das disciplinas, dos processos de acompanhamento), à efetividade do currículo em ação, isto é, à materialização dessas intencionalidades no cotidiano das salas de aula.

O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção), a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Trabalho é produção, criação, realização humanas. Compreender o trabalho nessa perspectiva é compreender a história da humanidade, as suas lutas e conquistas mediadas pelo conhecimento humano.

Na metodologia buscou-se a diversificação, tendo a práxis como eixo organizador das atividades de ensino, visando demonstrar aos estudantes, através da utilização de técnicas e tecnologias de produção contemporâneas, a possibilidade de viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente e a saúde, destacando seu papel enquanto agentes transformadores, firmando sua identidade de profissional e cidadão.

Isso significa dizer que o homem é um ser de relações, pois é social e histórico. Portanto carrega consigo as marcas dessa historicidade, embora, muitas vezes, ele não tenha consciência que com seus atos está contribuindo para escrever a história da humanidade.

Hoje, mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social, e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, é necessário, também hoje mais do que nunca, uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma autêntica consciência da práxis. (VASQUEZ, 1990, p. 47)

Portanto, a práxis como princípio curricular, tem essa dimensão, ou seja, na formação docente ela se revela como atividade social e prática, na medida em que a ação do professor desenvolvida como teoria e prática ao mesmo tempo tem o compromisso em transformar “mundo natural e social para fazer dele um mundo humano.” (VÁSQUEZ, 1990, p. 3)

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Ao pensarmos em gestão democrática, associamo-la a um sistema descentralizado, no qual a Instituição tem autonomia de decisão financeira, pedagógica e administrativa e conta com a participação de seus membros para tomar decisões coletivamente, sem eximir a função do Estado na manutenção desta Escola.

Para tanto, são necessárias várias ações. Uma delas é este Projeto Político Pedagógico que tem por objetivo embasar e garantir essas práticas gestacionais, garantindo assim a democracia.

Notamos a importância da comunicação e a comunicabilidade entre todos os setores.

A gestão democrática deve e é articulada em nossa escola de tal maneira que todas as instâncias colegiadas: APPAF – Associação de pais, professores, alunos e funcionários, vice-

direção, pedagogos, coordenadores de curso e de estágios participem do processo administrativo através de suas opiniões que são ouvidas não somente em reuniões oportunas, mas a qualquer momento do dia-a-dia escolar, pois, nossas ações, atitudes e tomadas de decisões dependem na maioria das vezes da maneira como acontecem os fatos no cotidiano escolar. Gestão democrática não significa apenas ouvir opiniões, mas, sobretudo acatá-las, quando forem coerentes com a realidade escolar e colocá-las em prática. Não se pode colocar tais idéias em prática se não for através da delegação de funções e da incumbência de cada um em desempenhar seu papel, contribuindo para o bom andamento do ambiente escolar. Gestão democrática só existe de fato, quando as idéias colocadas em questão forem trabalhadas de maneira igual por todos, onde cada um de nós sabe e executa seu papel de maneira consciente e imparcial.

Destacamos, também, que a qualificação dos profissionais da educação que atuam nessa organização escolar (incentivados para a educação continuada) é de fundamental importância para garantir o processo de ação- reflexão- ação.

Ainda há outro elemento-chave para a efetivação das propostas e idéias pensadas conjuntamente, na gestão democrática que são: humildade, união e respeito mútuo dos membros que compõe a equipe funcional da escola.

A gestão escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão conjunta no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, envolvendo a participação de toda a comunidade escolar.

A direção será exercida pelo Diretor eleito dentre os ocupantes de cargo de magistério, na forma da lei vigente

O diretor exercerá a função de liderança na escola, com base no modelo participativo, e deverá ser capaz de dividir o poder de decisão dos assuntos escolares com toda a equipe e instâncias colegiadas bem como aprender, assumir e transferir responsabilidades, ter visão estratégica, criar e estimular a participação de todos os membros da comunidade escolar.

## **CONCEPÇÃO DE HOMEM, MUNDO, SOCIEDADE E CURRÍCULO**

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.

O trabalho em sua dimensão ontológica, manifesta-se como atividade humana de produção da existência; é, portanto, ato de autocriação do homem (MARX, 1978; 1983). Nesse sentido, é que o trabalho torna-se princípio educativo, no qual o homem pode ver-se emancipado.

A emancipação humana se faz na totalidade das relações sociais onde a vida é produzida. Buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual. Neste sentido, buscamos formar o homem na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica.

A proposta da escola toma o trabalho como princípio educativo e eixo articulador do currículo e das disciplinas. Desse modo, é fundamental o papel da escola na construção e na busca da possível integração do mundo da cultura com o mundo do trabalho, por meio da articulação plena entre formação geral e profissional. Ou seja, a integração curricular pressupõe uma articulação entre conhecimentos gerais e específicos construída sobre o eixo integrador trabalho-ciência-cultura.

As práticas educativas se pautam na formação omnilateral do aluno, onde além do cognitivo o aluno desenvolva o sentido de comunidade, vivência grupal e com espírito associativo e solidário, contribuindo para a melhoria das comunidades.

O ser humano se apropria da sua realidade pela mediação do trabalho e do conhecimento. Mas todo novo conhecimento pressupõe um conhecimento anterior, de modo que é direito de todos o acesso ao conhecimento já produzido pela humanidade; e é um direito, ainda que a formação possibilite a apropriação desses conhecimentos para viabilizar a compreensão e a interação com a

realidade no sentido de transformá-la coletivamente com base em um projeto de sociedade, transformando-se a si próprio como uma dinâmica da interação com a natureza e entre seres humanos.

A formação profissional do trabalhador não deve ser eminentemente política, isto é, ser capaz de fazê-lo entender as condições sócio-econômicas, em que sua existência está colocada, mas ser capaz de desenvolver forma intelectual (teórica), método de investigação (prático) para compreender o desenvolvimento físico, natural dos instrumentos produtivos que ele faz uso e sobretudo compreender o universo tecnológico que esses instrumentos estão inseridos, como forma de romper com o progresso técnico que aprofunda a divisão de classe na sociedade.

O ensino médio integrado não reforça a idéia de empregabilidade. Ao contrário, proporciona que os sujeitos se vejam tendo conhecimentos, sendo produtivos para a sociedade, ainda que as relações nesta sociedade tendam sempre à exclusão.

Desenvolvemos ações que busquem a valorização do ser humano visando o aprimoramento dos trabalhadores e a formação de uma sociedade justa, solidária e sustentável. Consolidamos valores, práticas e comportamentos solidários. Fortalecemos ações socialmente responsáveis promovendo o exercício da cidadania e contribuindo com o combate à desigualdade e a exclusão social.

Viabilizamos a inclusão social a equalização de oportunidades com relação a gênero, raça, etnia, orientação sexual e pessoas portadoras de necessidades especiais e da cidadania.

Entendemos o sujeito tanto físico como social, temos a intenção de desenvolver no aluno a consciência e o sentimento de pertencer a Terra, de modo que possa compreender a interdependência entre os fenômenos e seja capaz de interagir de maneira crítica, criativa e consciente com seu meio natural e social. Assim acreditamos ser possível formar um cidadão que sabe mediar conflitos, propondo soluções criativas em favor da solidariedade humana e do equilíbrio ambiental.

Alguns desafios são fundamentais no que se refere à formação do sujeito, buscamos desenvolver uma aptidão para contextualizar e integrar, para situar qualquer informação em seu contexto, para colocar e tratar os problemas, o grande desafio é formar sujeitos que possam enfrentar realidades cada vez mais complexas.

## **TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR**

A escola como organização é uma entidade social complexa onde se inter-relacionam várias estruturas e múltiplos intervenientes: alunos, pessoal docente, pessoal não docente, pais e comunidade em geral, contribuindo todos para uma mesma finalidade e missão.

Para se perceber a importância da escola como organização é importante entendê-la como unidades ou agrupamentos humanos intencionalmente construídos, a fim de atingir objetivos específicos. Sendo assim, seu objetivo principal é o sucesso escolar e educativo dos alunos, é formar cidadãos capazes de fazer parte de uma sociedade em constante mudança e evolução.

É tendo em conta o desenvolvimento dos aspectos psicomotor, cultural, intelectual e social do aluno que a escola organiza o tempo escolar. Uma das variáveis mais importantes da organização escolar acaba por interferir e condicionar definitivamente o modelo de intervenção didática que se pretende implementar no seu dia-a-dia. O tempo escolar traduz-se nos horários que a instituição estabelece e organiza para atender a estrutura curricular do ensino.

Os alunos sentem-se motivados para a aprendizagem e dispensam mais tempo para tal quando o assunto é do seu interesse pessoal, isto porque, há as diferenças quanto à maneira como cada um lida com o tempo e com o ritmo diário de suas atividades. O tempo não é a mesma coisa para todos, cada um aprende em ritmo diferente.

É importante fazer um planejamento das atividades para obter uma boa gestão do tempo, mantendo uma permanente preocupação em realizar as diversas tarefas propostas, a cada um dos elementos, com qualidade e em tempo útil.

O tempo potencial de aprendizagem traduz o tempo de sucesso que o aluno tem no ensino. A

boa qualidade da aprendizagem depende do tempo que lhe é dedicado ao longo das aulas pelos alunos. Quanto maior é o tempo potencial de aprendizagem melhores serão certamente os resultados escolares dos alunos.

O tempo é um aspecto importante na vida de uma escola e dele depende todo o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Contudo a definição e distribuição deste tempo deve sempre ter em conta o aluno, as suas capacidades e limitações, o seu ritmo de trabalho, a fadiga, o tempo de concentração, os interesses e necessidades, entre outros, considerando sempre que o fator tempo está ao serviço do principal ator deste processo o aluno.

A escola, enquanto contexto social, reflete mudanças históricas e sociais, afetando e sendo afetada pelas relações entre os atores envolvidos na dinâmica do seu funcionamento. Tanto para os adolescentes quanto para os professores esta instituição representa possibilidades de diálogos, trocas de experiências e de construção de conhecimentos.

Para Dayrell (1996), a escola é um espaço de formação humana, para além da transmissão de conteúdos, onde é possível que o adolescente reflita e amplie seus projetos de vida, e amplie suas experiências. Neste sentido, o autor questiona em quais lugares o adolescente tem encontrado campo para refletir sobre suas questões e angústias pessoais, de modo a se situar em relação ao mundo em que vive. Tais reflexões desafiam educadores a desenvolverem novas formas de se olhar e trabalhar com o aluno.

É preciso perceber os jovens que chegam à escola como sujeitos sócio-culturais. Isso implica levar em conta a experiência vivida pelo jovem, sua história, suas visões de mundo, seus valores, emoções, sentimentos e desejos, enfim, tudo o que o diferencia, uma vez que o que cada um deles é, ao chegar à escola, é fruto de um conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes espaços sociais.

Deste modo, a escola deve ser compreendida em seu fazer cotidiano, construída socialmente por sujeitos ativos. A dupla dimensão deste espaço é entendida, primeiramente, por seu conjunto de regras e normas e, também, no cotidiano, pela trama de relações sociais estabelecidas entre os sujeitos envolvidos.

## **AVALIAÇÃO**

Buscamos superar a prática de uma avaliação excludente e para tanto entendemos a avaliação como prática emancipadora com função diagnóstica, permanente e contínua como meio de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção e reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem.

Atendendo a DELIBERAÇÃO Nº 007/99 sobre a Avaliação do Aproveitamento buscamos os instrumentos adequados ou formas adequadas para a avaliação. Entendemos que quando bem realizada a avaliação dá suporte à ação educativa, facilita o planejamento do professor e garante a existência de interações produtivas entre educador e educando, assim como entre educandos.

Segundo Esteban (1999), uma avaliação como parte de um movimento articulado pelo compromisso com o desenvolvimento de uma prática pedagógica comprometida com a inclusão, com a pluralidade, com o respeito às diferenças, com a construção coletiva, para tanto se faz necessário uma tomada de decisão consciente e crítica do trabalho desenvolvido na escola. O aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

A avaliação é uma forma de atividade humana que tem uma dimensão formadora, pois uma de suas funções é promover o desenvolvimento das pessoas, em qualquer esfera, em qualquer situação da vida cotidiana.

Com base em Gadotti (1993), a avaliação tem uma dimensão explicitamente prospectiva e não meramente retrospectiva e ou classificatória de ações passadas. Não queremos falar do passado enquanto elemento que configura o futuro, mas a partir do passado, transformar o futuro.

O aluno será avaliado continuamente, através das técnicas e instrumentos diversificados como: provas, testes, pesquisas, atividades individuais ou em grupo, apresentações culturais e artísticas, apresentação de trabalhos em banca, relatório, síntese, seminários e debates. Receberá no final de cada um dos quatro bimestres (para o ensino médio), no ensino profissional ao final de cada módulo, uma avaliação somativa, proporcional entre as atividades teóricas e práticas.

A avaliação será expressa por notas que se graduarão de 0 (zero) a 10 (dez), nos cursos Técnicos nas modalidades integrado e subsequente.

A escola não adota só um critério de avaliação. A média bimestral é 60 (sessenta), totalizando nos quatro bimestres 240 (duzentos e quarenta).

Os alunos em geral são submetidos a realizar provas previamente organizadas adotadas a média **60 (sessenta)** e um trabalho valendo **40 (quarenta)** onde o professor fará a somatória totalizando **100 (cem)** pontos. O resultado obtido é expresso em números, lembrando que haverá preponderância dos aspectos qualitativos a quantitativos.

O aluno cujo aproveitamento for insuficiente no bimestre deverá realizar a **recuperação** que ocorre paralelamente no bimestre, recuperação esta elaborada e aplicada pelo docente que indicará a área de estudos e os conteúdos em que o aluno foi considerado insuficiente.

A recuperação da defasagem de aprendizagem é feita no decorrer de todo o ano letivo, isto é, todas as vezes que se verificar deficiência de aprendizagem. E, para aquele aluno que ainda apresentar baixo rendimento, a escola lhe oferecerá a recuperação que ocorre paralelamente aos conteúdos ministrados pelo professor.

Conforme acordado e registrado em Ata própria em reunião pedagógica com o corpo docente, direção e equipe pedagógica ficou estabelecido e regimentado que o aluno cujo aproveitamento de estudos for insuficiente este terá o direito e o dever de realizar a recuperação de estudos dentro do bimestre letivo.

A escola realiza anualmente a apresentação e exposição dos trabalhos realizados pelos alunos no decorrer do ano letivo na semana Agrotécnica curso Técnico em Agropecuária e Setturma curso Técnico em Meio Ambiente, Turismo e Restaurante e Bar onde os professores podem avaliar os alunos interdisciplinarmente. Semana esta a ser definida no calendário escolar. Estas apresentações possibilitam ao educando expor seus trabalhos resultado das aulas teóricas aos convidados, pais, alunos, professores, funcionários e comunidade.

Serão considerados aprovados os alunos que apresentarem: Frequência da carga horária total igual ou superior a 75% e rendimento igual ou superior a 6,0 (seis).

As notas serão registradas pelo professor em ficha do livro de frequência e entregues à Secretaria do Colégio que as registrará na documentação escolar do aluno.

A comunicação dos resultados obtidos pelo educando será feita após o final de cada bimestre ou módulo, dependendo da modalidade de ensino aos mesmos e aos seus responsáveis, através de boletins próprios.

As intervenções pedagógicas buscam diagnosticar as causas, as hipóteses, as relações entre os vários fatores interagentes no processo educativo e que possam interferir no trabalho que se realiza. A equipe pedagógica acompanha a aprendizagem do aluno e diagnostica as causas que interferem no processo de forma positiva ou negativa e a partir do diagnóstico, ela reorienta as ações do trabalho pedagógico. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

O objetivo da educação é a aprendizagem, a avaliação tem a função de diagnosticar as dificuldades e as deficiências que ocorrem com os educandos, tanto no processo de transmissão quanto no de assimilação dos conteúdos.

Segundo Luckesi (1986), “a avaliação diagnosticadora terá que ser o instrumento do reconhecimento os caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem percorridos.”

A avaliação deve ser um meio de auxiliar o processo de ensino e aprendizagem, para averiguar ou detectar os avanços ou acertos e as falhas, tanto do desempenho de alunos quanto de professores, de modo a corrigi-los ou reforçá-los.



Ao acompanhar o processo de aquisição de conhecimentos dos alunos o professor estará diagnosticando os resultados da aprendizagem e de seu trabalho, possibilitando o acompanhamento e aperfeiçoamento do processo de aprendizagem dos alunos.

O Conselho de Classe é realizado de forma participativa, uma construção conjunta, cumprindo a função de ajudar na formação da subjetividade e criticidade do professor e do aluno.

Assim, o conselho de classe é um instrumento de transformação da cultura escolar sobre a avaliação e, conseqüentemente, da prática da avaliação em sala de aula. Ele é o momento e o espaço de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógico-educativa da escola, feito pelos professores e pelos alunos.

O Conselho permite a reflexão da ação pedagógico-educativa não se atendo a notas ou problemas de determinados alunos, mas, como um processo auxiliar de aprendizagem. Neste momento verificamos se os objetivos, processos, conteúdos e relações estão coerentes com a Proposta de trabalho Pedagógico da escola.

Uma prática mais humana e justa, formativa e reflexiva e não-excludente encorajará os alunos a encarar os seus resultados, suas falhas e a prosseguir sem medo de fracassar, de errar, de crescer.

Conforme Demo, (2003) “o erro não é um corpo estranho, uma falha na aprendizagem. Ele é essencial, faz parte do processo. Ninguém aprende sem errar.”

A avaliação pode, então, ter uma dimensão criadora que possibilite ao ser humano trabalhar com o novo, inventar, construir, combinar e assumir riscos. Nesse caso, a avaliação adquire seu verdadeiro sentido pedagógico, que é o de revelar o desempenho no presente, as possibilidades do desempenho futuro e as práticas que precisam ser modificadas, apontando novos caminhos.

## **PROFESSOR**

Há muito tempo a importância do professor no processo ensino-aprendizagem é questionada. Os avanços científico-tecnológicos que facilitam a aquisição de conhecimentos e informações fora da escola levantam questões como: o que hoje a escola faz e para quê? Ela responde às necessidades sociais da atualidade?

Para atuar eficientemente, frente às exigências da sociedade contemporânea, o professor precisa possuir competência não apenas no domínio do conteúdo da disciplina a ser ministrada, mas, também, no conhecimento de propostas alternativas para trabalhar, o conteúdo de maneira a ser apreendido, em suas relações complexas, da melhor forma possível. Precisa também ter capacidade para orientar as ações pedagógicas de acordo com as necessidades e possibilidades dos alunos.

Portanto o professor, docente dessa escola, tem de ser um estudioso dos mais embaraçosos problemas modernos, tem de ser um estudioso da civilização, tem de ser um estudioso da sociedade e tem que ser estudioso do homem; tem que ser, enfim, pensador, filósofo.

A simples indicação desses problemas demonstra que o educador não pode ser equiparado a nenhum técnico, no sentido usual e restrito da palavra. Ao lado da informação e da técnica, deve possuir uma clara filosofia da vida humana e uma visão delicada e aguda da natureza do homem.

Freire (1996), insiste na “especificidade humana” do ensino, enquanto competência profissional e generosidade pessoal, sem autoritarismo e arrogância. Só assim, diz ele, nascerá um clima de respeito mútuo e disciplina saudável entre “a autoridade docente e as liberdades dos alunos, [...] reinventando o ser humano na aprendizagem de sua autonomia”. Conseqüentemente, não se poderá separar “prática de teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, respeito ao professor de respeito aos alunos, ensinar de aprender” (p.105-107).

O educador é um exemplo para o aluno devendo ser um orientador e incentivador no processo ensino-aprendizagem, onde professor e aluno devem crescer no decorrer desse processo.

O aluno faz parte de um grupo social, familiar e vive numa comunidade, expressa-se por uma linguagem conforme o meio em que vive, tem valores, aspirações, frustrações, necessidades e possibilidades.

O professor deve interagir com o aluno, respeitar as diferenças individuais, saber que o aluno é o autor da própria aprendizagem e incentivar a pesquisa, a criatividade e as experiências entre os alunos. É através das experiências dos alunos, do seu cotidiano que o professor deve desenvolver toda a prática educativa.

O aluno deve participar ativamente deste processo e o professor deve proporcionar isso abrindo perspectivas a partir dos conteúdos e mostrando a importância desses conteúdos na vida prática dos seus educandos, envolvendo-se com estilo de vida dos alunos, exigindo o esforço e desafiando-os a interagirem com esse conhecimento, propondo conteúdos e modelos compatíveis com as experiências vividas, assim o aluno se mobilizará para uma participação mais ativa.

O conhecimento do professor é construído no seu próprio cotidiano, mas ele não é só fruto da vida na escola. Ele provém, também, de outros âmbitos, e muitas vezes, exclui de sua prática, elementos que pertencem ao domínio escolar.

A formação oportuniza o professor não só o saber em sala de aula. Ele precisa conhecer as questões da educação, as diversas práticas analisadas na perspectiva histórico-sócio-cultural. E ainda, precisa conhecer o desenvolvimento do seu aluno nos seus múltiplos aspectos: afetivo, cognitivo, e social, bem como refletir criticamente sobre seu papel diante de seus alunos e da sociedade. Munido desses saberes elementares, os frutos serão colhidos no ambiente de sala de aula ou fora dele.

A utilização de atividades lúdicas na escola pode contribuir para uma melhoria nos resultados obtidos pelos alunos. Claro, que atividades de cunho lúdico não abarcariam toda a complexidade que envolve o processo educativo, mas podem auxiliar na busca de melhores resultados por parte dos educadores interessados em promover mudanças. Estas atividades são mediadoras de avanços e contribuem para tornar a sala de aula um ambiente alegre e favorável.

O Lúdico apresenta valores específicos para todas as fases da vida humana. Assim, na adolescência a finalidade é essencialmente pedagógica. O jovem opõe uma resistência à escola e ao ensino, porque acima de tudo ela não é lúdica, não é prazerosa.

Snyders (1984), defende a alegria na escola, vendo-a não só como necessária, mas como possível. Estudos demonstram que através de atividades lúdicas, o educando explora muito mais sua criatividade, melhora sua conduta no processo de ensino-aprendizagem e sua auto-estima.

O indivíduo criativo é um elemento importante para o funcionamento efetivo da sociedade, pois é ele quem faz descobertas, inventa e promove mudanças, sendo assim:

“A função da pedagogia “dos conteúdos” é dar um passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir de condições existentes. Assim, a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos um bom ensino, isto é, a apropriação dos conteúdos escolares que tenham ressonância na vida dos alunos”. (LIBÂNEO 1996, p. 39)

No entanto, o sentido verdadeiro da educação lúdica, só estará garantido se o professor estiver preparado para realizá-lo e tiver um profundo conhecimento sobre os fundamentos da mesma.

Assim podemos perceber que o Lúdico apresenta uma concepção teórica profunda e uma concepção prática, atuante e concreta.

Reconhecida sua importância biológica e psicológica, o lúdico deve ter sua finalidade e utilidade prática definida.

Se o lúdico interdisciplinar tiver seu espaço na sala de aula, teremos uma possibilidade de não ter tantos problemas de indisciplina e evasão escolar na escola. O que se propõe é que o mesmo prazer que o jovem tem ao sair para o recreio, ao ir às aulas de Educação Física ou na hora da saída, esse mesmo prazer esteja na sala de aula como um espaço de construção e diálogo.

Conclui-se que o papel do pedagogo e do professor é, aliás, de fundamental importância para a difusão e aplicação de recursos lúdicos. O professor ao se conscientizar das vantagens do lúdico, adequará a determinadas situações de ensino, utilizando-as de acordo com suas necessidades. O pedagogo, como pesquisador, estará em busca de ações educativas eficazes.

Enfim, ao educador compete refazer a educação, reinventá-la, criar condições para que uma

condição democrática seja possível, favorecendo o aparecimento de pessoas solidárias, preocupadas em superar o individualismo criado pela exposição capitalista do trabalho, preocupadas com um novo projeto social e político, que construa uma sociedade mais justa e igualitária.

Concebemos a relação educador-educando como sendo a chave do processo ensino/aprendizagem, desde que esteja em perfeita sintonia com os valores, significados e conceitos, que nortearão os objetivos a alcançar nas várias etapas a serem ultrapassadas, buscando sempre na ação docente um pensamento pedagógico renovador.

O professor atua como mediador entre o aluno e o conhecimento. Desta forma, levará o aprendiz a uma reflexão crítica da realidade, permitindo que sua práxis identifique-se com seu contato social, não sendo de forma alienante, mas que haja um intercâmbio cultural, no qual as intersubjetividades não estejam comprometidas com ideologias aculturadoras e opressoras.

A relação professor e aluno é interativa onde ambos são sujeitos ativos, são seres concretos (sócio-históricos), situados numa classe social síntese de múltiplas determinações.

O professor é autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento, enquanto especificidade da relação pedagógica. Confronta os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico-filosófica da realidade social. O mesmo incorpora a dialética como teoria de compreensão da realidade e como método de intervenção nesta realidade. O educador busca coerência com os fundamentos da pedagogia, entendida como processo através do qual o homem se humaniza e se torna plenamente humano. A prática é fundamento do critério de verdade e da finalidade da teoria. E é na mediação entre o pensamento e o objeto, enquanto o pensamento busca apropriar-se do objeto que desenvolve-se o método. Utilizando para determinados fins educacionais técnicas de ensino como discussão, debates, leituras, aula expositivo-dialogada, trabalhos individuais e trabalhos em grupo, com elaboração de sínteses integradoras.

Tendo como função social e primordial a formação do cidadão, a escola deve fornecer-lhe subsídios para a construção do seu próprio conhecimento, dentro do processo ensinar/aprender coletivamente, para que o mesmo possa utilizá-lo no decorrer da vida.

Nesta perspectiva de construção e transformação do conhecimento elaborado, a escola pretende, dentro da sua filosofia de atuação, desenvolver no educando, valores éticos que são prioritários no processo educativo e na formação do caráter humano, como: o respeito, a solidariedade, a competência, a integridade, o companheirismo e a liberdade.

Considerando a complexidade que envolve os processos educacionais vigentes – desenvolvimento cognitivo e psicológico, institucional, políticos econômicos etc –, percebe-se que a ética não tem sido valorizada como parte fundamental para a formação do caráter do aluno. Em função disso a situação da educação brasileira demonstra uma realidade preocupante, pois não há enfoque na formação ética e moral, implicando, assim, em uma formação educacional que não ressalta os significados humanísticos.

Uma formação educacional que não possui um enfoque ético e moral traz como possíveis conseqüências o desrespeito à cidadania, a ausência de referenciais axiológicos sólidos, a tendência de uma prática de violências manifestas e veladas nas relações sociais (família, escola, instituições acadêmicas e políticas e organizações trabalhistas).

Nessa linha, nossa proposta de trabalho enfatiza a necessidade de se lançar um novo olhar sobre o conteúdo de ética na escola. Essa nova visada poderá reverter o quadro um tanto ou quanto negativo que se faz presente no ambiente educacional.

A abordagem da ética, na perspectiva educacional, surge como uma ação relevante para a formação humanística do estudante do Ensino Médio. Uma vez que esse é incessantemente alvo de apelos ideológicos nos seus mais variados aspectos: ênfase ao consumo, nos seus diversos modos; tendência ao materialismo, à violência, à intolerância e ao autoritarismo. É sabido que há uma inversão quanto à compreensão acerca da prática política, pois essa passou a ser vista como um instrumento de interesses espúrios de grupos que fazem prevalecer suas idéias.

O estudo da ética e da moral possibilita, num primeiro momento, uma conscientização de valores que enfatizam a importância do ser virtuoso (conforme a ética socrática) e, num segundo momento, a prática efetiva da socialização que favorece o respeito ao outro, para além da mera dimensão retórica conforme pressupostos de Lévinas, (2005).

Logo, é oportuno favorecer ações efetivas que permitam buscar, não só a diferenciação entre sujeito moral e sujeito ético, mas também o debate sobre as tensões entre identidade e alteridade, a qual refere-se à questão da significativa relação entre os princípios éticos/morais e os juízos de valor.

Nosso objetivo é desenvolver uma nova postura nos educandos e em todos os envolvidos na comunidade escolar, a partir dos princípios da ética e da moral enquanto fatores que implicam na valorização e na formação de horizontes existenciais, contribuindo assim para a concretização da cidadania no Ensino Médio.

Os conteúdos, que perpassam a discussão acerca da distinção entre ética e moral estão contemplados nas diversas disciplinas desdobrando-se na análise dos aspectos envolvendo a ética e a cidadania e implicando nas relações entre ética e política, são ministrados através de exposições e de discussões a partir de pressupostos filosóficos referentes à ética e à moral, utilizando recursos audiovisuais; técnicas de dinâmica de grupo e de dramatização; leituras e discussão de textos e análise de casos (estudos de caso).

Priorizando aprendizagens essenciais e necessárias ao educando, a escola realiza atividades diversificadas que permitem ao aluno expor suas idéias e de confrontá-las com os demais, respeitando a individualidade de cada um. São estas: aulas práticas, teóricas, pesquisas, trabalhos individuais e/ou em grupo, seminários, avaliações teóricas e práticas, debates em grupo, dentre outras.

Pelo fato de termos como meio de organização a gestão democrática, que tem como princípio maior à participação de todos nas tomadas de decisões. Compreendendo o pensar e o fazer da escola integrados, torna-se indispensável à participação dos funcionários na gestão da escola, sendo essencial expressar suas opiniões, informando, interagindo e integrando-se no processo da administração geral do estabelecimento. Uma vez que a escola deve atender aos interesses da comunidade escolar como um todo, não é possível que as decisões sejam tomadas sem a consulta de funcionários e comunidade escolar.

A escola tem como principal atividade o ensino-aprendizagem, e para que tal processo se concretize é necessário compreender que sem o trabalho do funcionário isto não é possível. Seja qual for o seu setor de atuação, sem o desenvolvimento da sua atividade quebra-se a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o funcionário consegue através da prática de sua função específica ensinar e educar.

O surgimento da categoria dos funcionários da educação deu-se em virtude da necessidade de funcionários que exercessem funções específicas (secretários, cozinheiros, zeladores, etc). O Brasil passava por um período de grandes mudanças, principalmente no que se refere a sua forma de organização política e governamental. Era a transição do Império para a República. E estas mudanças repercutiram-se em transformações em vários segmentos da sociedade, inclusive na educação. Durante o Império a educação estava passando por um momento de grande crise, com muitas cidades do Brasil sem escolas públicas, apenas aulas dispersas e com professores sem a devida qualificação.

Com a República, veio também o desenvolvimento na organização escolar. Foram fundadas várias escolas primárias e secundárias, com diferenciadas repartições, o que exigia um número considerável de funcionários. Outro fator que contribuiu de forma significativa para o surgimento e ampliação da categoria dos funcionários, foi à abolição da escravidão, visto que antes da libertação dos escravos, eram os mesmos responsáveis pelos afazeres manuais.

Com o desenvolvimento das formas de organização política, econômicas e sociais, os valores humanos foram perdendo sua importância para dar lugar ao individualismo, egoísmo e preconceitos. Por isso, a escola, hoje não pode mais se restringir a sua prática de sua principal atividade que é o processo de ensino-aprendizagem. Mais do que isso se faz necessário uma prática

que respeite as diversidades étnicas, culturais, incentive a participação de todos na construção de uma sociedade democrática. E para que esta prática se desenvolva é indispensável que, não só o corpo docente e equipe pedagógica trabalhem juntos, mas sim todos os funcionários e equipe administrativa participem ativamente deste processo. Vê-se então, que hoje o funcionário é também educador, onde através de sua prática pode incorporar seu discurso. Todos que trabalham na escola são profissionais da educação, e juntos educam-se a si mesmo e aos outros.

Pode-se dizer que quando surgiu a categoria dos funcionários, no processo histórico descrito no início, houve também um retrocesso no que diz respeito à consciência dos docentes, não docentes, direção e equipe pedagógica, sobre a importância do funcionário como educador. Na época das escolas dos jesuítas os funcionários eram vistos como educadores, sendo incentivados continuamente a um aperfeiçoamento através de formação escolar. É certo que este incentivo visava o progresso da instituição, mas a medida que estas pessoas tinham formação ocorria o desenvolvimento das mesmas enquanto ser humano. No entanto, após a legalização dos funcionários, estes passaram a ser vistos como meros executores de serviços gerais. Hoje, com a fomentação de discussões como esta que se está fazendo, temos um avanço considerável na conscientização do papel do funcionário educador. Corpo docente, não docente, direção e equipe pedagógica percebem que sem o trabalho em conjunto, torna-se muito mais difícil e ineficaz. Pode-se dizer que ainda não estamos no plano do ideal, porém partimos do pressuposto de que o ser humano é um ser histórico e dotado de possibilidades de mudanças.

## **PRINCÍPIOS**

A educação faz parte das condições para a existência digna de uma pessoa. Quando se fala em dignidade da pessoa humana parece difícil compreender o conteúdo que tal expressão veicula. Entendemos que dignidade da pessoa humana veicula, entre outros o valor de que todo ser humano é uma pessoa, dotada de personalidade, com direitos e deveres, membros da sociedade em que vive e merecedor de uma existência humana, e não sub-humana. Sendo assim esta afirmação implica em condições mínimas para uma vida digna, para uma vida humana. Implica em possuir cada pessoa condições mínimas de sustento físico próprio, bem como condições mínimas para que possa participar da vida social de seu Estado.

A Constituição Federal de 1988, pela primeira vez na história constitucional brasileira, consagrou o princípio da dignidade da pessoa humana. Não só o consagrou, mas colocou-o como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil constituída em Estado Democrático de Direito, nos termos do art. 1º, inciso III. A Constituição de 1988 refere-se à educação como «direito de todos e dever do Estado e da família [...] promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho» (art. 205). Justamente neste ponto a educação vai ser inserida, vai compor o conjunto de elementos que dão forma ao conteúdo mínimo da dignidade. Cumpre ressaltar que a educação faz parte do mínimo de direito e esta deve ser norteadada pelos princípios e fins da educação nacional, sendo a educação dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Pois bem, nossa Constituição Federal, em seu art. 6º, consagra a educação como um direito social, tem por objetivo criar condições para que a pessoa se desenvolva, para que a pessoa adquira o mínimo necessário para viver em sociedade. Assim, temos a educação como um dos componentes mínimo existencial, como uma das condições de que a pessoa necessita para viver em sociedade, para ter uma vida digna, sobretudo no que se refere ao ensino público fundamental gratuito nos estabelecimentos oficiais de ensino.

Pois bem, nossa Constituição Federal, em seu art. 6º, consagra a educação como um direito social. Sendo um direito social, tem por objetivo criar condições para que a pessoa se desenvolva, para que adquira o mínimo necessário para viver em sociedade. Assim temos a educação como um dos componentes do mínimo existencial, como uma das condições de que a pessoa necessita para viver em sociedade, conforme os princípios e fins da educação nacional.

Desta forma, para que cada ser humano seja considerado e respeitado como tal, é preciso que possua uma vida digna em atenção à sua dignidade. Se faz necessário esta atenção ao princípio da dignidade da pessoa para que o ser humano não seja transformado em mero objeto do Estado, pois o Estado existe em função do homem, não o homem em função do Estado. Contudo, a dignidade da pessoa humana pressupõe algumas condições básicas de existência, dentre as quais a educação está inserida.

## OBJETIVOS DA ESCOLA

A escola tem por objetivo formar profissionais capacitados levando em consideração a preocupação social, econômica e ambiental, gerando e difundindo conhecimentos, buscando garantir ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.

O papel formal da escola é o de ser a principal responsável pela organização, sistematização e desenvolvimento das capacidades científicas, éticas e tecnológicas de uma nação. Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho, bem como, meios para progredir nele e em estudos posteriores.

Nossa escola busca não adestrar o homem, mas torná-lo inteiro omnilateral, desafiado pelo ofício de produzir sua vida, inventar novas formas de convivência social onde a singularidade humana seja a outra face da pluralidade construída, propiciando aos alunos o domínio dos processos que fundamentam as técnicas utilizadas na produção, visando o seu desenvolvimento em sua totalidade, integrando ciência e cultura, trabalho e tecnologia.

## MATRIZ CURRICULAR

A partir de 2006 houve a necessidade imediata de readequação das Matrizes Curriculares, com vistas à implantação das novas Orientações/Diretrizes Curriculares da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná.

Após consulta realizada pela SEED junto aos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual, no que se referia à organização da Matriz Curricular, e a implementação dos novos Projetos Político-Pedagógicos, a partir de 2006, nos estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná, expediu-se a seguinte instrução para o ensino médio.

1. As Matrizes Curriculares do Ensino Médio deverão contemplar "**ao menos**" 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária, na Base Nacional Comum, e "**até**" 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária na Parte Diversificada.
2. A Matriz Curricular deverá contar com 25 (vinte e cinco) horas-aulas semanais, em todos os turnos de atuação.
3. A distribuição do número de aulas para cada disciplina na Matriz Curricular deverá obedecer o princípio da equidade, uma vez que não há fundamento legal ou científico que sustente o privilégio de uma disciplina sobre a outra, o que se depreende da leitura das Orientações Curriculares.
4. As especificidades sociais, culturais, econômicas no âmbito regional e no âmbito local, deverão ser observados no interior de todas as disciplinas da Matriz Curricular, da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada.
5. As especificidades sociais regionais, segundo as Orientações Curriculares do Ensino Médio, são conteúdos curriculares – não disciplinas.
6. A divisão da Matriz Curricular em Base Nacional Comum e Parte Diversificada, atende a uma exigência legal e não exime nenhuma das disciplinas da Matriz de contemplar os conteúdos referentes ao Artigo 26 da Lei nº 9394/96.

7. A Base Nacional Comum deverá ser composta pelos seguintes componentes curriculares: Química, Física, Biologia, Arte, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática.
8. As disciplinas da Base Nacional Comum definidas para cada série terão carga horária mínima de 02(duas) horas-aulas e máxima de 04 horas-aulas semanais.
9. As disciplinas da Base Nacional Comum terão carga horária mínima de 04(quatro) horas-aulas, na somatória de aulas dos três anos do Ensino Médio.
10. A Parte Diversificada da Matriz Curricular poderá ser composta pelas disciplinas de Filosofia, Sociologia e Língua Estrangeira Moderna, constantes no anexo desta Instrução.
11. A Língua Estrangeira Moderna permanecerá como componente curricular obrigatório na Parte Diversificada.
12. As disciplinas da Parte Diversificada definidas para cada série terão carga horária mínima de 02(duas) horas-aulas e máxima de 04 horas-aulas semanais.

O Departamento de Ensino Médio instrui a oferta das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Língua Estrangeira Moderna na Parte Diversificada da Matriz Curricular, tendo como base a legislação vigente e o documento das Orientações Curriculares para o Ensino Médio, construído coletivamente pelos professores da Rede Estadual de Ensino, sob a coordenação da SEED. Durante este processo, desenvolvido desde 2003, todas as ações buscaram dar voz ao professor, valorizar sua prática e seus saberes.

## **6 PROPOSTA DE TRABALHO ESCOLAR**

O Colégio incentiva o potencial de cada aluno, notando seus saberes já adquiridos, aperfeiçoando-os bem como os trazendo à luz da ciência.

A equipe pedagógica assessora os educadores quanto à metodologia a ser utilizada em sala de aula. Destaque especial para o professor acreditar nas potencialidades do aluno, preocupando-se com sua aprendizagem e com seu nível de conhecimento exercendo práticas pedagógicas éticas, diversificadas e coerentes. Devendo o educador preocupar-se com os métodos adequados de ensino, levando em consideração o nível de desenvolvimento do educando, procurando formas dialógicas de interação com os mesmos.

Quando diagnosticada a defasagem de aprendizagem a equipe pedagógica intervém junto ao professor para retomada de conteúdos que não foram atingidos pelos educandos, ressaltando que essa recuperação dar-se-á logo após detectado tal defasagem de aprendizagem.

As reuniões pedagógicas ocorrerão no intuito de dialogar com os educadores para que juntos equipe pedagógica e professores busquem sanar as dificuldades encontradas para a concretização do trabalho escolar que devesse ser pleno considerando o aspecto qualitativo da educação. Terá a finalidade também de promover a interdisciplinaridade entre a Base Nacional Comum e o Técnico e discutir a organização do espaço escolar, dos materiais pedagógicos e a realização de trabalhos e projetos interdisciplinares para um melhor desempenho das atividades práticas e cotidianas no decorrer do ano letivo.

A equipe pedagógica sempre que possível mantém contato com os pais dos alunos ressaltando sobre a importância de acompanharem o rendimento escolar do filho, verificando não só o boletim escolar que é fornecido bimestralmente, mas questionando-os sobre a escola o que eles sabem, suas expectativas, suas dificuldades tanto de aprendizagem como de interação com o outro, para que assim a família sinta-se integrante do ambiente em que seus filhos estão inseridos.

Temos por objetivo orientar, colaborar e ajudar no processo ensino aprendizagem e para isto, se faz necessário primeiramente levantar os problemas que dificultam a realização do trabalho escolar, para daí buscar soluções das pessoas que fazem parte deste processo educacional e de maneira racional, integral e democrática intervir para a melhoria e sucesso da escola que é para além daqueles que nela estão trabalhando e para isso contamos sempre com as nossas possibilidades e realidade da nossa instituição e não esquecemos de ressaltar o que nela há de certo.

Além das atividades agropecuárias também são desenvolvidas atividades ambientais como: replantio de mata ciliar do Rio Pé-Feio e demais atividades ligadas ao mesmo, exemplo: trabalho de extensão na comunidade sobre a situação do entorno do rio, atividades com plantas medicinais, trilha ecológica e outras.

Realizamos o dia de campo, esta estratégia tem a finalidade de mostrar uma série de atividades que podem ser realizadas em uma propriedade rural, ou propriedade de alunos. O dia de campo é realizado durante um dia e tem o objetivo de despertar o interesse e a adoção mais rápida da tecnologia que está sendo apresentada.

O dia de campo proporciona também maior aprofundamento de conteúdos, sempre com o direcionamento e supervisão dos professores, também oportuniza a integração de produtores de várias comunidades e ou de alunos para troca de experiências ou desenvolvimento de projetos de agropecuária.

São feitas visitas técnicas às propriedades rurais, agroindustriais, haras, instalações avícolas e suínas, fábricas de rações, laboratórios entre outras. Estas visitas objetivam introduzir, reforçar ou melhorar as técnicas e práticas e, ainda obter informações e cooperação técnica, além do conhecimento sócio-econômico da região, complementando o conhecimento técnico de alunos e professores.

As aulas práticas ou práticas de campo são desenvolvidas pelos professores, suas atividades são sistematicamente elaboradas, as turmas são divididas em dois grupos, buscando assegurar o melhor aproveitamento das atividades práticas que são feitas concomitantemente ao embasamento teórico.

As ações práticas integradas e relacionadas às teorias, que induzem ao questionamento, ao complemento e a ampliação do conhecimento do educando, como: análise de solo e de plantas em laboratório, processamento de vegetais, plantio de frutas, verduras, legumes e cereais, transformação de produtos de origem vegetal e animal, plantio e acompanhamento das principais culturas, manejo e operação de máquinas e implementos agrícolas, acompanhamento da criação de animais de pequeno, médio e grande porte de acordo com as técnicas de manejo em geral, e demais atividades que venham contribuir significativamente para o enriquecimento do conhecimento do aluno.

A escola está buscando acabar com as barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso do portador de necessidades especiais ter a ela. Para isto, estamos adaptando o meio físico com rampas e portas com o espaçamento adequado facilitando o acesso de todos à escola.

No que se refere às ações extra-escola, são realizadas visitas às propriedades rurais, às empresas públicas e privadas, ao CEASA (Centro de Abastecimento de Foz do Iguaçu) e às alfândegas, para verificação da qualidade e conservação de produtos importados e exportados, e demais. Assim, o aluno vivenciará uma prática diversificada, dentro de um contexto mais amplo, habilitando-o para enfrentar de maneira confiante, os desafios que o distinto mercado de trabalho lhe oferece.

Buscando uma maior integração escola x comunidade, desenvolve-se ao longo do ano letivo palestras sobre qualidade de vida e assuntos sociais (drogas, doenças transmissíveis, motivação, etc.), eventos em datas comemorativas mais significativas para os alunos (Dias das Mães, Dia dos Pais, Dia do Estudante, etc.), almoços com os pais, lanches especiais, gincanas, semana Agrotécnica, Setturma, Feira de Ciências (exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos no decorrer do ano letivo) e demais ações que colaborem com a formação do caráter e personalidade do ser humano, que busca uma realização plena e integral, objetivando ter realmente uma vida digna.

Diante de todo o contexto exposto, acredita-se que a escola conseguirá oferecer uma formação de qualidade, que atenda as necessidades sócio-econômicas, políticas e culturais de seus educandos, para que os mesmos atuem como cidadãos autônomos, críticos, participativos e sejam capazes de transformar conscientemente com competência, dignidade e responsabilidade a sociedade na qual vivem.



## **PROJETOS INTERDISCIPLINARES**

Este estabelecimento de ensino resolve instituir nos Cursos Técnicos em todas as séries, os Projetos Interdisciplinares, que serão desenvolvidos na escola visando complementar os conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer do ano letivo.

Com a implantação dos Projetos Interdisciplinares, pretende-se, além de atender as finalidades e princípios pedagógicos das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, colaborar e intervir para que os alunos possam incorporar em sua formação, valores e atitudes inerentes às competências morais e éticas próprias de um cidadão que irá interagir na “sociedade do conhecimento”.

É através das aulas práticas, do estágio, feira de ciências e técnicas, experiências de campo e pesquisa, e projetos que o aluno vivenciará e agregará mais conhecimentos aos adquiridos em sala de aula. No desenvolvimento destas atividades o trabalho é tido na sua totalidade das relações sociais e produtivas internas e externas, articulando a teoria e prática em todos os momentos, de forma a contemplar uma sólida formação científica e a formação tecnológica, sustentada no domínio das linguagens e dos conhecimentos sócio-históricos.

Visa à interação entre educadores, que refletem sobre suas práticas, no sentido de agregar conhecimentos, expectativas, experiências e um pensar intersubjetivo.

Pensa-se a interdisciplinaridade como minimização dos distanciamentos entre a prática e a teoria. Queremos na realidade, uma ação coletiva entre educadores reflexivos, que se articulam mutuamente, sem medo, de experimentar novas reconstruções, históricas no cotidiano.

E é através de projetos entre professores no intercâmbio de saberes que realizaremos tal tarefa.

A Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná visa implementar a Lei 9.795/99 e promover o desenvolvimento da Educação Ambiental em um processo permanente de formação e de busca de informação voltada para a preservação do equilíbrio ambiental, para a qualidade de vida e para a compreensão das relações entre o homem e o meio bio-físico, bem como para os problemas relacionados a estes fatores. Assim como, subsidiar os educadores para que, a partir de uma compreensão crítica e histórica das questões relacionadas ao meio ambiente, possam por meio do tratamento pedagógico e orientados pelas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, construir a identidade da Educação Ambiental na escola pública.

## **AGENDA 21**

A agenda 21 prevê ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida de toda a população. É um documento que contém programas de ação com 40 capítulos que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

È o principal documento da Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano), que foi a mais importante conferência organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em todos os tempos. Esse documento foi assinado por mais de 100 países, inclusive o Brasil, anfitrião da conferência.

O objetivo comum a ser atingido da Agenda 21 não está restrito à preservação do meio ambiente, mas ao desenvolvimento sustentável ampliado que introduz, na discussão, a busca do equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Trata-se, portanto, da procura por uma nova racionalidade que garanta a solidariedade e a cooperação, tanto quanto a continuidade do desenvolvimento e da própria vida para as gerações futuras, ameaçadas pelo consumismo exagerado e pela exploração predatória dos recursos naturais.

## **Vinte e um compromissos para o Século 21**

- Produção e consumo sustentáveis, contra a cultura do desperdício.

- Eco eficiência e responsabilidade social das empresas.
- Retomada do planejamento estratégico, infra-estrutura e integração regional.
- Energia renovável e biomassa.
- Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável.
- Educação permanente para o trabalho e para a vida.
- Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS.
- Inclusão social e distribuição de renda.
- Universalizar o saneamento ambiental, protegendo o ambiente e a saúde.
- Gestão do espaço urbano e autoridade metropolitana.
- Desenvolvimento sustentável do Brasil rural.
- Promover agricultura sustentável.
- Promover a Agenda 21 local e o desenvolvimento integrado e sustentável.
- Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável.
- Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas.
- Política florestal, controle de desmatamento e corredores da biodiversidade.
- Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e poder local.
- Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos.
- Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável.
- Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação.
- Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade.

(fonte Agenda 21 Brasileira: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br))

## **PROJETO SALA VERDE**

### **DETALHAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE**

**A – Estrutura da Sala Verde:** Espaço para atividades coletivas localizada na biblioteca da escola.

Biblioteca 45 m<sup>2</sup>

Oito mesas com as seguintes dimensões 1,2m x 0,8m

Cadeiras: 30

Estantes totais: 15 estantes sendo que, uma estará disponível para o acervo.

### **B – Outras estruturas e equipamentos:**

Computadores: 30 (trinta)

Sete salas de aula com capacidade para 40 alunos cada.

Auditório: Capacidade para 200 pessoas acomodadas.

## **1. INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO SALA VERDE**

### **1.2. Objetivos do Colégio para com o projeto**

“O colégio tem por objetivo formar profissionais capacitados para atuarem na área técnica em agropecuária, técnica em meio ambiente e turismo levando em consideração a preocupação social, econômica e ambiental gerando e difundindo conhecimentos, propondo alternativas técnicas viáveis de forma a atender às necessidades e demandas da sociedade bem como oferecer aos alunos educação de qualidade, proporcionando a todos a oportunidade de debater, pesquisar, dialogar para que todos desenvolvam o senso crítico”.

### 1.3 Apresentação

A escola está localizada na região Oeste do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu. A cidade é centro turístico e econômico do oeste do Paraná, sendo suas principais fontes de renda o turismo e a geração de eletricidade. Caracterizada por possuir também áreas agricultáveis, Foz do Iguaçu constitui também suas rendas voltadas a agropecuária. Por fazer divisa com dois países – Paraguai e Argentina – recebe a denominação de Tríplice Fronteira, sendo um grande influente no processo de visitação e de produção agro-industrial.

Nos dias atuais os alunos inseridos na escola são principalmente filhos de agricultores, trabalhadores do ramo turístico e interessados na temática meio ambiente. A faixa etária dos alunos varia de 14 à 55 anos. Outro importante fato é a abrangência de 51 Brasiguaios também estudam no colégio.

É fato relevante apontar neste contexto que a cidade de Foz do Iguaçu cresceu bruscamente em virtude da tríplice fronteira e da construção da Barragem de Itaipu. Esses fatos históricos explicam a ocupação no entorno do Colégio Agrícola, a supressão e, conseqüentemente a degradação do rio Pé Feio que percorre o terreno do Colégio.

Concomitantemente o espaço agrícola da escola foi e está se transformando em um local onde está circundado pelo meio urbano, o que dificulta os trabalhos do Colégio no local em que está inserido. Mesmo assim os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão continuam, se fortificando, pois a escola está passando por um processo de transformação para a área de agricultura orgânica principalmente em virtude dos vínculos de excelente integração com Escolas – Empresas – Prefeitura – Estágios – doações – e também com o bom relacionamento com instituições de fora da cidade, como a Secretaria de Estado da Educação e Parque Nacional do Iguaçu.

## 2. INTRODUÇÃO AO PROJETO A SER DESENVOLVIDO - SALA VERDE

O projeto proposto é um atributo complementar teórico e prático aos conteúdos programáticos já existentes nas disciplinas que são ofertadas nos cursos de Técnico em Agropecuária, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Turismo e Técnico em Restaurante e Bar, bem como, envolvendo toda a comunidade onde o Colégio Agrícola está inserido, democratizando o saber e promovendo mudanças nesse meio.

Cada um dos cursos que está sendo ofertado pelo Colégio Agrícola possui linhas de trabalho pedagógico que podem se auto – relacionar no desenvolver das temáticas interdisciplinares desse projeto. Tendo como principal instrumento para atingir esse propósito, os princípios da educação ambiental aplicado a ações práticas de revitalização do rio, adequação da trilha e a capacitação de monitores que, no decorrer auxiliaram nos trabalhos de divulgação da informação e de boas práticas para sociedade do entorno em geral.

### 2.1. Caracterização da Micro-Bacia do Rio Pé – Feio

A micro-bacia hidrográfica do rio Pé – Feio esta localizada pelas coordenadas geográficas 54° 33' 49'' longitude Oeste e 25° 33' 39'' de latitude Sul nas áreas de cabeceira e 54° 35' 34'' longitude Oeste e 25° 33' 32'' de latitude Sul na foz com no rio Paraná. Sua área de drenagem é de aproximadamente 250 hectares com, 3.140 metros de extensão de rio.

As nascentes principais deste rio se encontram em uma área já urbanizada, loteada por nome de Vila Adriana. Segue na direção sul passando pelo bairro Jd. Eliza II até chegar à área do colégio agrícola, atravessando um trecho de aproximadamente 800 metros até o os limites cadastrais, seguindo até o encontro com o rio Paraná.

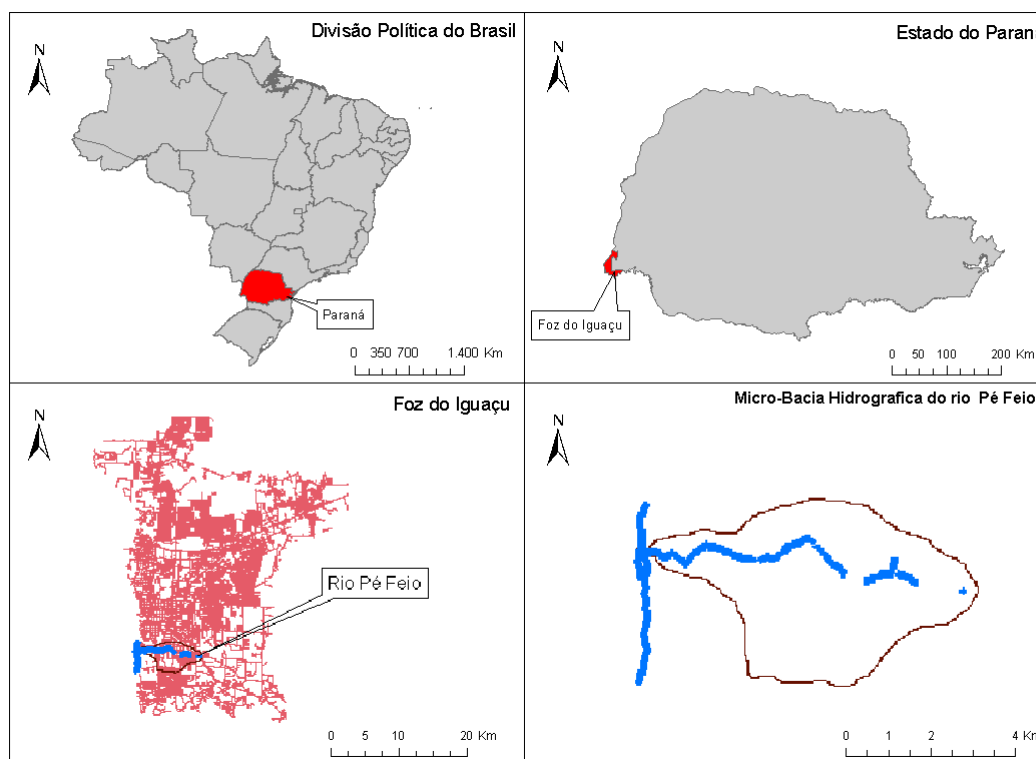
A situação atual do rio foi levantada por um aluno do curso de Técnico em Meio Ambiente em um trabalho da disciplina de educação ambiental. Nesse trabalho inicial, foi identificada a problemática do rio como um todo. A ausência de mata ciliar, o lançamento de lixo e efluente doméstico são os principais impactos notáveis que acabam por desencadear vários outros.

Especificamente dentro da área do Colégio Agrícola, os impactos existentes são os seguintes: ausência de mata ciliar em alguns trechos do rio; erosão nas margens do rio; duas pontes mal dimensionadas, que estão contribuindo para o desbarrancamento do solo para dentro do curso do rio; água caputada do rio pode estar possivelmente contaminada, a que é utilizada para irrigação das hortaliças que são produzidas; e o possível escoamento dos dejetos suínos para o rio.

É relevante apontar que a poluição do rio Pé – Feio ocorre nas áreas urbanizadas, e ao chegar na área do Colégio Agrícola essa água se encontra em condições desfavoráveis para determinados usos. As características físico-químicas da água foram constatadas em análises laboratoriais, o que comprovou a elevada presença de sólidos em suspensão e matéria orgânica em decomposição.

Tendo em vista a situação atual do rio Pé – Feio, esse projeto pretende atuar inicialmente dentro do perímetro do Colégio através de ações práticas, visando solucionar problemas internos prioritariamente, ou seja, com a readequação de duas pontes existentes, o reflorestamento de aproximadamente 1 hectare com espécies de plantas nativas e com a readequação da trilha pretende-se diminuir os processos erosivos do entorno como também a poluição local do rio. Dessa forma, através das ações ambientais, é possível contribuir nos trabalhos de educação e sensibilização das pessoas que moram no entorno do rio, tendo como perspectiva a ampliação do foco do trabalho com apoio da comunidade do entorno e também de parcerias públicas e privadas.

FIGURA 1 –Localização espacial da Micro – Bacia do rio Pé feio. Inserida no Município de Foz do Iguazu – Paraná- Brasil.



**Fonte:** Kit desktop mapping - versão 2 - Geominas, Cenas Landsat e CBERS do Brasil. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/banco.html>> Acesso em 15 de março. 2006.

O público alvo para o desenvolvimento desse projeto serão os alunos do Colégio Agrícola.

Pressupõe que os visitantes serão moradores do entorno, Escolas Municipais e Estaduais, Gestores e funcionários de órgãos públicos e empresas privadas.

Esse projeto possui uma estimativa inicial de duração mínima de um ano. Nesse período de trabalho pretende-se monitorar, avaliar e verificar os êxitos obtidos como também as falhas

ocorridas, visando corrigir, replanejar e dar continuidade objetivando ao longo do tempo ampliar as parcerias e também o escopo do projeto para outras localidades da bacia.

No contexto de trabalho as disciplinas que farão integração serão as seguintes: Biologia, Ecologia, Legislação ambiental, Avaliação de impactos ambientais, Recursos hídricos, Monitoramento ambiental, Agroecologia, Solos, Química ambiental, Educação ambiental, História, Geografia, Topografia, Metodologia Científica, Princípios da preservação do meio ambiente, e ecologia ao turismo.

### 3. HISTÓRICO E JUSTIFICATIVA

A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno, seu meio, sua comunidade, não é novidade. Ela vem crescendo especialmente desde a década de 60 no Brasil. Exemplo disso são atividades como os “estudos do meio”. Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não-governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais.

No Brasil a preocupação com a questão ambiental se deu de forma mais ativa na década de 80, época esta em que foi criada a Lei instituindo a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981), constituindo um passo importante em direção a uma realidade de responsabilidade ambiental.

Já na Constituição Federal de 1988 foi dedicado um capítulo especial ao meio ambiente onde é consagrada à existência de um bem ambiental, na qual a educação ambiental deve ser promovida em todos os níveis de ensino (artigo 225, § 1º, VI), assim como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (Constituição Federal, 1988).

O debate internacional de concepções e práticas em Educação Ambiental resultou na elaboração do “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, de caráter não-oficial, durante o Fórum das Organizações Não-Governamentais (ONGs), na Rio/92. Nele, foram delineados princípios e diretrizes gerais para o desenvolvimento de trabalhos com a temática Meio Ambiente.

Ao observar todos estes fatos históricos, mudanças de comportamento e a necessidade de se trabalhar a temática ambiental entre os alunos, professores e funcionários, elaborou-se este projeto em Educação Ambiental, intitulado: **Projeto Sala Verde**, com propósito de embasar os trabalhos e materiais bibliográficos conjuntamente aos recursos pedagógicos, visando fundamentar-se no desenvolvimento de restauração, recuperação e sensibilização com o público envolvido no projeto, sejam eles funcionários, alunos ou professores.

Para a idealização deste projeto alguns pontos foram levados em consideração. A grande premissa foi à importância de se utilizar a Sala Verde como um instrumento para desenvolver novas temáticas tanto teóricas quanto práticas, elevando o nível do conteúdo programático já existente nas disciplinas que são ofertadas nos cursos.

Com a implantação desse projeto **Sala Verde** pretende alcançar não só os objetivos listados, como também, a mudança da concepção dos alunos, enfocando o incentivo à leitura, o desenvolvimento pessoal, a curiosidade pelo acontecimento dos fenômenos naturais e a busca de soluções cotidianas para melhorar a qualidade de vida embasada na sustentabilidade ambiental.

Nessa linha da sustentabilidade, que a escola vem se esforçando gradativamente, se envolvendo na principal mudança da agricultura convencional para orgânica. A princípio já está sendo desenvolvida a reciclagem de compostos orgânicos, “**BIO-COMPOSTO EM4**” aplicado na agricultura. A reutilização dos resíduos sólidos é outro projeto que está em andamento.

A partir da capacitação e formação de monitores, será possível divulgar informações com maior consistência, através dos trabalhos de monitoria com os visitantes, onde serão apresentados os trabalhos desenvolvidos, como também a importância da conservação e do respeito com os

recursos naturais. A partir do momento de inserção da comunidade nos trabalhos de interesse local, trazendo a sociedade para um conhecimento prático, das ações necessárias para melhoria da qualidade de vida e ambiental, ocorrerá a valorização dos recursos naturais e uma preocupação em contribuir com opiniões, sugestões e ações. É nessa perspectiva que os trabalhos serão desenvolvidos visando enfrentar a problemática sócio-ambiental local existente.

## **OBJETIVOS DO PROJETO TRILHA ECOLÓGICA**

Os objetivos apresentados abaixo estão vinculados às diretrizes desse projeto de forma clara e sucinta. É possível visualizar o horizonte que se pretende alcançar nessa proposta sistêmica de trabalho educacional, em busca de maior equidade e homogeneidade sócio-ambiental.

### **4.1. Objetivo Geral**

Desenvolver atividades teóricas de educação ambiental interdisciplinar com os alunos do curso Técnico de Meio Ambiente, Técnico em Agropecuária, Técnico em Turismo e Técnico em Restaurante e Bar em sala de aula e a campo, visando à capacitação, o entendimento, a compreensão, e a autonomia para o desenvolvimento das atividades previstas neste projeto de forma participativa e democrática.

#### **Objetivos Específicos**

- Capacitar os alunos através de palestras, aulas, trabalhos em grupo, incentivo a leitura, visitas e práticas em campo, proporcionando a formação das bases teórica, prática, e metodológica, para se formar monitores de educação ambiental;
- Desenvolver trabalhos práticos em grupo visando o aprendizado participativo, democrático, no desenvolvimento das atividades a serem desenvolvidas;
- Construir grupos que estarão sendo focados nas seguintes pesquisas dentro do escopo do projeto:  
a) Levantamento de fauna e flora. b) Readequação da trilha ecológica. c) Reprodução de mudas. d) Reflorestamento. e) Readequação de pontes. f) Análise e preparação do solo. g) Acompanhamento e desenvolvimento da trabalhos de educação ambiental aos visitantes da trilha ecológica.
- Incentivar a iniciação científica e a continuidade dos trabalhos, com perspectiva de ampliar o projeto para os anos que viram;

## **PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES E METAS DA TRILHA ECOLÓGICA**

No intuito de atingir os **objetivos** listados acima, nesse momento estarão sendo apresentadas todas as ações que serão desenvolvidas desde o início do projeto. Concedendo de forma sucinta a proposta ao leitor para que, seja possível visualizar as ações e o delineamento dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Busca-se a integração das disciplinas dos cursos tanto de Meio Ambiente quanto de Agropecuária e Turismo, visando fazer sinergia com o escopo do trabalho em questão, tanto de educação ambiental teórica quanto prática. Além das aulas teóricas em sala de aula, serão inseridas práticas extras curriculares, das quais não estão contempladas nos currículos dos cursos.

Palestras com professores e/ou profissionais de outras instituições também serão instrumentos para capacitação. Sua finalidade é de apresentar conteúdos específicos que são fundamentais para formação tanto individual como do coletivo, auxiliando no desenvolvimento das atividades previstas no projeto.

A ação de trabalho proposta ocorrerá pela divisão de grupos, em função da afinidade de cada integrante, os quais buscaram especificar suas atividades, descentralizando as responsabilidades, buscando assim o melhor entendimento sobre o assunto do qual se propõe a atuar.

O foco macro do projeto inicial é: a readequação da trilha, o reflorestamento de aproximadamente 1 hectare de área de mata ciliar e a divulgação para sociedade em geral das atividades desenvolvidas. E as ações sub seqüentes serem desenvolvidas para atingir os objetivos são: **a)** Levantamento florístico da mata secundária nativa existente; **b)** Identificação e marcação das espécies com placas, mostrando o nome comum e científico; **c)** Reprodução de mudas de espécies primárias, secundárias e clímax; **d)** Análise e preparo do solo para plantio; **e)** Capacitação para formação de monitores para acompanhamento dos visitantes.

Para adequação da trilha existente, o levantamento florístico possui relevância tal, que para utilizar a área de mata de forma sustentável, a preservação dos ciclos ecológicos e da fauna ainda sobrevivente do local, é de suma importância para definir a capacidade de suporte de pessoas visitantes à trilha.

Os trabalhos de educação e sensibilização ambiental nas visitas técnicas à trilha terão por finalidade principal: **a)** Conhecer as espécies existentes no local, suas funções de existência e importância para manutenção biológica; **b)** Possíveis usos medicinais; **c)** Entender o porquê da importância de preservar a mata ciliar para manutenção e equilíbrio do ecossistema aquático.

A restauração de aproximadamente um hectare de mata tem ainda por principal finalidade a preservação da paisagem local, a contínua manutenção dos ciclos biogeoquímicos tendo por propósito que, ao longo do tempo as condições físicas, químicas e biológicas retornem ao seu estado natural. Outra finalidade é regularizar a área de mata com as leis vigentes tanto do estado do Paraná – SISLEG quanto do Código Florestal Brasileiro, Lei 4771. Para o desenvolvimento de algumas atividades práticas será utilizado o laboratório do Colégio Agrícola nos trabalhos de caracterização da qualidade do solo para plantio.

## 6. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO TRILHA ECOLÓGICA

<i>Planejamento de Trabalho</i>		
<i>Atividades</i>	<i>Método utilizado</i>	<i>Cronograma</i>
Organização de trabalho dos coordenadores das equipes	Definição das áreas para coordenação	3 dias
Organização e formação das equipes	Separação dos grupos por afinidade temática	3 dias
Trabalhos de capacitação dos alunos	Aulas teóricas curriculares, palestras, trabalhos em grupo, pesquisa bibliográfica	Período de 1 ano
Demarcação da área de atuação do projeto	Apresentação do escopo do projeto para os alunos	3 dias
Levantamento Florístico	Levantamento a ser desenvolvido no campo pelos alunos com auxílio dos professores e um conhecedor das espécies da região.	2 meses
Produção de mudas	Uso da estufa e do canteiro existente na escola	3 – 4 meses
Preparação do solo	Análise de solo e adubação para repor os nutrientes se necessário	2 - 3 meses
Plantio de mudas	O método do talhão facilitador será utilizado para o plantio de espécies nativas dos grupos ecológicos: pioneiras, secundárias e clímax.	3 - 4 meses
Manejo do reflorestamento	Capinas, controle de cipós e podas de formação.	2 em 2 meses
Adequação de Pontes-Estradas	Retirada dos entulhos e nova construção	1 mês
Adequação da trilha	Análise biológica dos nichos ecológicos existentes (fauna e flora)	2 - 3 meses
Acompanhamento dos visitantes	Alunos monitores farão o acompanhamento e a explanação sobre os aspectos de preservação, conservação e cidadania.	Após 4 meses de início

## 7. POTENCIAIS - PARCERIAS

O Colégio Agrícola possui parcerias formalizadas e registradas com as seguintes instituições:

- Itaipu Binacional;
- IAP;
- EMATER;
- IAPAR;
- SANEPAR;
- Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu;
- Parque Nacional do Iguaçu.

## 8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Caracterizar e registrar as palestras a serem realizadas através de temáticas ambientais;



- Registrar todas as atividades desenvolvidas e avaliar a evolução dos monitores através da elaboração e apresentação de trabalhos de iniciação científica;
- Avaliar a evolução do aprendizado teórico e prático através de atitudes e autonomia para desenvolver projetos de educação ambiental aplicado em outras localidades, visando a ampliação desse projeto.

## **PROJETO ORGÂNICOS**

Título: Adequação da horta escolar à produção orgânica

Local: Centro Estadual de Educação profissional Manoel Moreira pena. Foz do Iguaçu

Área: 01 hectare

## **INTRODUÇÃO**

A produção orgânica tem sua importância no mercado agrícola em razão da conscientização ambiental que se difunde em todos os setores produtivos, de consumo e qualidade de vida do cidadão.

A escola como representação da sociedade e de desenvolvimento de expectativas aliada as constantes mudanças sócio-culturais, ainda por ter área definida, pode viabilizar e incentivar a produção de alimentos orgânicos, que poderão ser utilizados na merenda escolar ou até mesmo na comercialização.

Pode-se definir como orgânico, o produto obtido sem o uso de agrotóxico ou produtos químicos e que desta forma viabiliza um alimento natural.

O uso de alimentos e o cultivo dos mesmos podem oferecer aos educandos diferentes e importantes técnicas de aprendizagem, integrando conteúdos da vida ecológica e integração social.

## **JUSTIFICATIVA**

O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena é escola tradicional na cidade de Foz do Iguaçu e região de ensino profissional na área de agropecuária e para tanto possui área de cultivo de 26 há, rebanho de animais para bovinocultura de leite, suinocultura, aves e coelhos, estrutura de instalação agrícola e para regime de internato.

Entretanto em virtude do crescimento da cidade, localiza-se já em área urbana, o que exige uma adequação dos sistemas produtivos e práticas pedagógicas em consonância com a legislação ambiental e consciência ecológica atual.

A escola conta com profissionais técnicos especializados na área agrícola e ambiental e bibliografia de razoável conteúdo, bem como parceria com empresas públicas e privadas do setor.

A incorporação do alimento orgânico à merenda escolar proporcionara aos educandos a sistematização de seu trabalho e estudo, e a atuação de comercialização através da cooperativa-escola existente desde 1982 proporcionara a verificação de custos e receitas, bem como a angariação de verbas para o desenvolvimento do projeto.

Além disso, se faz necessário o uso prático de atividades corretamente ambientais agregados as novas tecnologias oferecendo aos alunos práticas pedagógicas diferenciadas e inserção no mundo, na produção e no trabalho.

## **OBJETIVO GERAL**

Este projeto interdisciplinar de desenvolvimento teórico e prático das varias disciplinas do curso de agropecuária virá adequar a horta escolar de cultivo convencional a cultivo orgânico, produzindo alimentos orgânicos para o consumo da merenda escolar visando à melhoria da qualidade de alimentação dos alunos na difusão de tecnologias alternativas de produção.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- realizar técnicas de plantio e condução de produção hortícola orgânica;
- utilizar adubação orgânica como fonte de nutrientes;
- adotar técnicas de controle biológico e/ ou natural para pragas e doenças;
- adotar postura de responsabilidade e companheirismo no trabalho;
- desenvolver conceitos de educação ambiental;
- incorporar conceitos de agroecologia, sistema produtivo e qualidade de vida;

## **METAS**

Prevê a instalação do projeto a partir de fevereiro de 2006 em seqüência as atividades do ano letivo e calendário agrícola.

O processo de conversão da horta escola do método convencional para o método orgânico, usando conceitos de agroecologia requer um prazo mínimo de três anos para a certificação junto ao órgão fiscalizador de produção orgânica, o que permitirá o acompanhamento de várias etapas do projeto. Através da adequação da horta escolar a produção orgânica busca-se alcançar os conhecimentos ecológicos e integrar conteúdos teóricos-práticos de várias disciplinas, diminuir o grau de contaminação do solo, água, e alimentos, reduzir custos e interferências de insumos químicos nas produções, proporcionar modelo alternativo da produção, dentre as várias etapas do projeto.

## **PLANO DE TRABALHO**

- aulas teóricas, práticas e desenvolvimento de conteúdos interdisciplinar;
- promover a conscientização e educação do produto orgânico;
- desenvolver atividades de revolvimento do solo e aplicação de fertilizantes orgânicos;
- efetuar gradagem promovendo nivelamento e mistura do solo;
- pesquisar, identificar e escolher espécies a serem cultivadas;
- realizar o plantio de culturas destinadas à adubação orgânica;
- promover o acamamento de matéria verde com utilização de equipamento adequado (rolo faca);
- preparo de canteiros e adubação com humos de minhoca ou composto orgânico;
- semeadura; tratos culturais mecânicos e manuais, controle de pragas e doenças por métodos físico e biológico;
- colheita das espécies;
- análise de rentabilidade econômica e pedagógica do projeto;

## **RECURSOS NECESSÁRIOS**

**HUMANOS:** Profissionais da área, professores, funcionários, alunos, parceiros.

**MATERIAIS:** Área de 01 ha, trator Valmet 85 id, arado de aiveca, niveladora, rolo-faca, encanteirador rotativo, irrigação por aspersão, sementes, escarificador, adubo orgânico, enxadão, pás combustível, embalagens, caixarias, cartazes, livros de pesquisa, folhas de papel sulfite.

**FINANCEIROS:** Serão colocados recursos na ordem de R\$3.000,00 junto a APPAF (Associação de Pais, professores e funcionários) bem como a Cooperativa-Escola para o desenvolvimento do projeto.

## ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE:

As atividades serão avaliadas de forma contínua através de relatórios de controle de campo produção realizada por técnicos das áreas, bem como a sistematização e controle das atividades pedagógicas das disciplinas envolvidas no projeto através dos conteúdos seguindo sistemática de resultados definida pelo professor. As reuniões e diálogos no decorrer do projeto devem ser mensais e sempre que necessárias para a determinação das adequações necessárias no desenrolar do projeto.

## CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PROJETO ORGÂNICOS

ATIVIDADES	ÉPOCA
CAMPANHA ESCOLAR DE CONSCIENTIZAÇÃO DE ORGÂNICOS E AGROECOLOGIA;	FEV / MARÇO 2006
REUNIÕES DE PLANEJAMENTO, INTERDISCIPLINARIDADE E ESCLARECIMENTO, ELABORAÇÃO DE PARCERIAS.	FEV /MARÇO 2006
REVOLVIMENTO DO SOLO-TRANSMISSÃO DE CONTEÚDOS INTERDISCIPLINAR.	MARÇO / DEZ 2006
GRADAGEM, NIVELAMENTO, ADUBAÇÃO, FORMAÇÃO E COLOCAÇÃO DE M. O;	ABRIL /DEZ 2006
PREPARO DE CANTEIROS, ADEQUAÇÃO DE FERTILIZANTES ORGÂNICOS.	MAIO / DEZ 2006
SEMEADURA DE CULTURAS DE ÉPOCA	MAIO / DEZ 2006
MANUTENÇÃO DAS ESPÉCIES	MAIO / DEZ 2006
COLHEITA	JUNHO / DEZ 2006
REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO	MARÇO / DEZ 2006

## PROJETO RIO PÉ FEIO

Tendo em vista que a cidade de Foz do Iguaçu/ Paraná sediará a Eco Foz 2007 e tem o objetivo de concretizar pelo menos trinta projetos para tornar Foz do Iguaçu uma cidade o quanto mais próxima Ecologicamente correta, a integração deste projeto de melhorar a qualidade da água e recuperar a Mata Ciliar do Rio Pé-Feio pode ser vista como um desses projetos dando assim sua parcela de ajuda ao meio ambiente.

Os objetivos são:

- \* Preservação e aumento da biodiversidade local,
- \* Minimização do desequilíbrio ambiental,
- \* Evitar a alteração da paisagem e da água;
- \* Evitar a perda de bio-estrutura do solo, que resulta em erosão e assoreamento;
- \* Preservação das taxas de fotossíntese, fixação e seqüestro de gás carbônico e produção de oxigênio;
- \* Preservação dos índices pluviométricos, umidade e temperatura;
- \* Preservação de uma área nativa no “centro da cidade” (regeneração natural);
- \* Despertar o amor pela natureza e conscientização ambiental;
- \* Melhorar a qualidade da água para produção de hortaliças.

Além desses objetivos citados há necessidade de buscar e obter parcerias para a execução do projeto, como: SANEPAR, PROGRAMA CULTIVANDO ÁGUA BOA, e PREFEITURA MUNICIPAL em especial à SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE.

## **BENEFÍCIOS E BENEFICIÁRIOS**

### **Benefícios**

O Projeto atingirá uma grande parte da área sendo que terá que ser deixada dois caminhos para travessia da mesma área, este trará benefícios sociais, melhorias da qualidade da água que será filtrada e lançada novamente ao curso, bem como a população será beneficiada no todo, como outras escolas que poderão trazer seus acadêmicos para visitar o projeto, aprender e ensinar a grande importância da qualidade da água e da mata ciliar.

### **Beneficiários**

O projeto tem em vista beneficiar diretamente os alunos e profissionais que atuam no Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena. Assim como propõem nossa Agenda 21 que diz, que devemos “agir localmente e pensar globalmente”, além de beneficiar este grupo de pessoas diretamente este tratamento de água trará benefícios a uma melhor qualidade dando melhores condições de biodiversidade no leito e margens do rio abaixo, assim como também a recomposição da mata ciliar que vai desenvolver todos os benefícios citados anteriormente.

### **Do Professor Coordenador**

O professor coordenador, responsável pelos Projetos Interdisciplinares, terá nível superior, capacidade de articulação com seus pares, liderança para mobilização e sensibilidade às características dos alunos.

Cabe ao professor coordenador:

- elaborar os Projetos Interdisciplinares, conforme os temas selecionados, possibilitando trabalhar as competências das áreas curriculares de forma interdisciplinar; promover encontros com os alunos para discutir os temas a serem desenvolvidos;
- detalhar as metas e resultados propostos para o Projeto Interdisciplinar;
- buscar parcerias para a realização dos Projetos;
- articular o envolvimento dos demais professores da escola no projeto;
- avaliar e registrar os resultados e atividades realizadas pelos alunos, registrando-as no Livro Registro de Classe.
- apresentar os resultados obtidos com os projetos a toda a comunidade escolar;

### **Dos Projetos**

Todos os projetos deverão apresentar os seguintes itens:

- Tema;
- Objetivo(s);
- Justificativa;
- Fundamentação Teórica;
- Metodologia(s);
- Carga horária;
- Cronograma de execução;
- Processos de avaliação.

No cronograma estarão constadas as atividades e a carga horária (em hora-aula) correspondente ao tempo médio gasto para a execução de cada atividade.

### **Temas**

Uma grande diversidade de temas que poderão ser abordados. Destacamos a importância do

trabalho interdisciplinar, envolvendo as demais áreas de conhecimento da Matriz Curricular.

Dentre outros:

- Temas da Vida Cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura)
  - Temas ambientais (a destruição das florestas, a mata ciliar, o reflorestamento, os agrotóxicos, o destino do lixo, etc.)
  - Temais econômicos (o câmbio, a política monetária, importação e exportação, o MERCOSUL, a ALCA, etc.);
  - Temas Agropecuários (importância da agricultura no Brasil, diversidades agroclimáticas, etc.)
- Dentre outros.

### **Parcerias**

- Sindicato Rural
- EMATER
- Vigilância Sanitária
- Clínicas Veterinárias
- Itaipu Binacional
- Cooperativas da Região e Paraguai
- SANEPAR
- IAP (Instituto Ambiental do Paraná)
- SENAR
- Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
- Prefeituras da Região
- Parque Nacional do Iguaçu
- Sindicatos, Hotéis e Restaurantes

## **TRILHA ECOLÓGICA**

### **1 APRESENTAÇÃO**

Trilhas, além da ligação entre dois pontos, são um meio de interpretação ambiental, visam não somente a transmissão de conhecimentos, mas também propiciam atividades que revelam os significados e as características do ambiente por meio do uso dos elementos originais, por experiência direta e por meios ilustrativos, sendo assim instrumento básico de programas de educação ao ar livre (Pádua & Tabanez, 1997) (Tilden 1967, Ashbaugh & Kordish 1971 apud Possas, 1999).

As trilhas possibilitam:

Ao homem urbano – ter maior contato com a natureza.

Às escolas e Universidades - como instrumento de ensino e pesquisa.

Às famílias - como meio de descoberta da natureza.

Aos amantes da natureza - para aprofundar conhecimentos.

Aos indiferentes - como forma de despertar.

Vantagens das trilhas:

- Investimento na implantação e custo de manutenção relativamente baixo;
- Instrumento pedagógico prático e dinâmico, proporcionando uma aproximação à realidade dos assuntos abordados;
- Suscitam uma dinâmica de observação, de reflexão e de sensibilização, e
- Proporcionam uma diversificação de atividades;

## Inconvenientes

- A expansão das áreas degradadas pela multiplicação das trilhas;
- Manutenção e fiscalização permanente.

## Finalidade pedagógica do projeto

O presente projeto, por estar inserido dentro de uma escola vai possibilitar o contato dos alunos com uma estrutura turística tratada de forma adequada quanto ao manejo ambiental. É a ligação concreta entre a teoria e a prática.

O projeto contemplará atividades pedagógicas em todos os cursos ofertados pela instituição.

O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena é uma instituição de ensino que funciona como uma escola fazenda, sendo por isso conhecido como Colégio Agrícola. O Colégio está situado na cidade de Foz do Iguaçu, região Oeste do Paraná.

A escola possui área de 70 ha, tendo uma reserva legal de 16 ha.

O presente projeto tem por objetivo promover a educação ambiental e tornar possível a interação da comunidade com a natureza através da visitação de trilha ecológica já existente no Colégio. Objetiva também a integração dos cursos técnicos existentes na escola.

A trilha poderá ser visitada através de agendamento e será guiada por alunos do curso técnico em meio ambiente e técnico em turismo em grupos divididos em intervalos de tempo a ser definidos no agendamento da visita, de no máximo (20) pessoas na trilha.

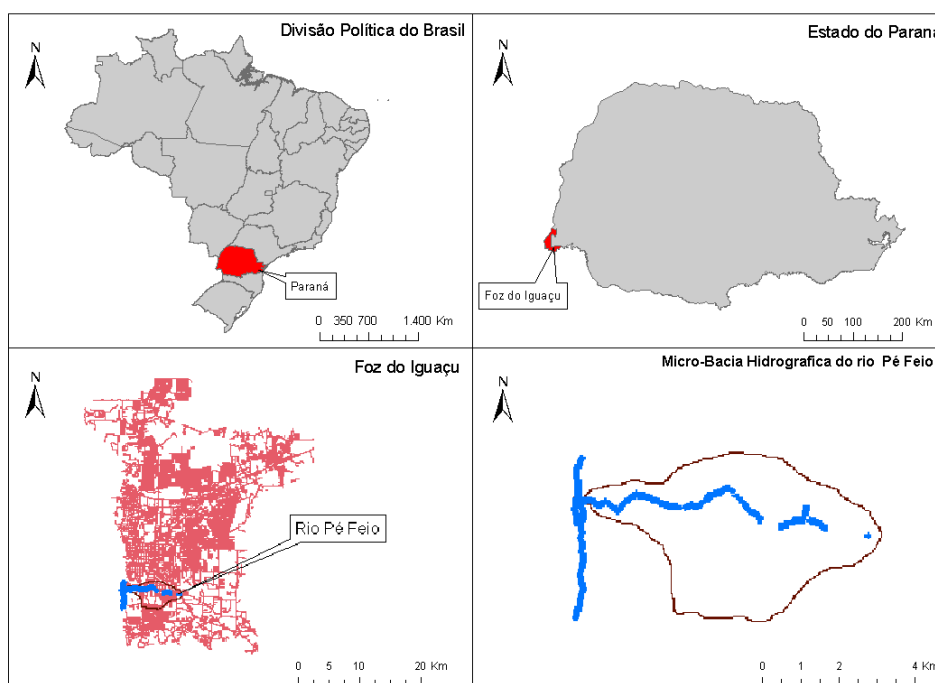
Não serão permitidos no percurso da trilha:

- Acampamentos de lazer;
- Instalação de lixeiras, pois lixo cada um é responsável pelo seu;
- Instalações sanitárias;
- A construção bancos mesas ou outra estrutura qualquer;
- Iluminação artificial;
- Animais domésticos;

Serão permitidos na área da trilha, desde que autorizados prévia e oficialmente, ou quando houver a necessidade técnico-científica:

- Coletas de plantas e ou sementes;
- Captura de animais silvestres, nativa ou exótica;
- Construção de corrimão ou estrutura de arrimo.

A trilha recebeu o nome de Ecotrilha do Agrícola através de votação entre alunos e funcionários da escola entre 22 e 25 de Setembro de 2009.



A trilha terá uma extensão 1,5 quilômetros, sendo cortada pelo Rio Pé Feio.

**Fonte:** Kit desktop mapping - versão 2 - Geominas, Cenas Landsat e CBERS do Brasil. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/banco.html>> Acesso em 15 de março. 2006.

Para possibilitar a visitação é necessária a construção de uma ponte sobre o Rio Pé Feio, que deverá possuir aproximadamente 15 metros de extensão, de um pórtico de entrada e de uma área rústica para a promoção de palestras ao ar livre. A construção da ponte poderá utilizar-se de madeira tratada e bambu e deverá possibilitar a travessia com segurança de adultos, crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Segundo Lechner (2006) as trilhas e caminhos são provavelmente as rotas de viagem mais disseminadas no mundo.

Segundo Moraes (2000) alguns cuidados devem ser colocados em prática, como: a presença de guias no caso de trilhas guiadas, placas e sinalizações de informação, no caso de trilhas auto guiadas pequeno pronto socorro.

Ainda segundo Moraes (2000) a filosofia dos locais de ecoturismo têm uma importância maior na minimização dos impactos ambientais e sociais do que na geração de um volume adicional através de grupos maiores.

Pelo Código Florestal, que data de 1934, as reservas legais são as áreas dentro das posses rurais necessárias ao uso sustentável dos recursos e servem, também, para abrigar e proteger fauna e flora. Em geral, por lei, a reserva precisa ocupar 20% da área total da propriedade. A Instrução Normativa Nº 4 publicada em 09 de setembro de 2009 regulamenta e permite trilhas para ecoturismo nas reservas legais.

Segundo Skorupa (2003) ao falar de área de preservação permanente... Distinguem-se das áreas de “Reserva Legal”, também definidas no mesmo Código, por não serem objeto da exploração de nenhuma natureza, como pode ocorrer no caso da Reserva Legal.

## **3 METODOLOGIA**

O presente projeto iniciou-se em 2006 com levantamento da situação atual do que hoje se chama trilha ecológica de Ecotilha do Agrícola. O levantamento teve por objetivo identificar as espécies existentes. Esse trabalho foi realizado pela professora Regiane Castione, com o auxílio do Sr. Marino Edu Gomes Pedreira, um mateiro de grande experiência.

O solo da área da escola é um solo diferenciado quando comparado com o solo da região por apresentar maior teor de areia.

Após identificadas as árvores, foram confeccionadas placas em acrílico com o nome das mesmas. A aquisição das placas foi feita com o apoio de pessoas e/ou famílias da comunidade de adotaram uma árvore.

Para viabilizar a interação da comunidade com a trilha ecológica se faz necessário a construção de um pórtico de entrada, de uma ponte para atravessar o Rio Pé Feio e de uma estrutura mínima com bancos rústicos e água para os visitantes.

As placas serão afixadas com a utilização de arame em forma espiral (molas) ao redor do tronco da árvore identificada, uma vez que esta modalidade de fixação além de diminuir o investimento, se adapta a dinâmica da árvore identificada sem causar danos ao tronco.

Existe um planejamento prévio do percurso da trilha, porém poderá haver alterações com o decorrer da implantação do presente projeto, bem como da manutenção do mesmo. Existem caminhos já utilizados que serão aproveitados e reorganizados, pois os mesmos ainda necessitam de manutenção e readequação antes do início de sua utilização por visitantes. A trilha deverá ter largura de 1,20 aproximadamente, seguindo orientações técnicas e possibilitando que em parte dela seja permitido receber portadores de necessidade especiais, temporários ou permanentes.

Para a construção da ponte, do pátio e do auditório é necessário o apoio de profissional especializado para fazer o projeto de arquitetura e construção para que o mesmo não entre em conflito com a proposta da escola.

### **Pessoas envolvidas na elaboração do projeto:**

Adilor Demarchi  
 Adriana Iasco Pereira da Silva  
 Carlos Wandscheer  
 Eulina Salvador de Araujo  
 Nadia Simoni Caon  
 Rogério João Brekailo  
 Sandra Regina Fernandes Iora  
 Sesaide José de Oliveira  
 Alunos do Curso Técnico em Agropecuária  
 Alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente  
 Alunos do Curso Técnico em Turismo Guia Regional

### **3.1. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA**

- Construção de um pátio na entrada onde painéis informativos identificarão o percurso e orientarão quanto a distâncias, níveis de dificuldade, indicação da faixa etária e tempo aproximado de caminhada;
- As principais árvores da área estarão com placas de identificação da espécie, nome comum e nome científico.
- Construção de uma ponte para pedestres e cadeirantes, com estrutura em madeira tratada e certificada, de acordo com projeto ainda a ser elaborado.
- Construção de auditório ao ar livre, integrado com o meio;
- Implantação de calendário anual de manutenção e readequação da trilha, prevendo obras para minimizar impactos, bem como possíveis fechamentos de alguns trechos e aberturas de outros para evitar desmoronamento, erosão.

### **Cronograma de trabalho**

O quê	Por quê	Como?	Quem?	Quando?	Quanto?
proposta de nomes	para possibilitar eleição de um nome	através de listagem	todos os alunos	Já realizado	sem custo
eleição de nomes	escolha do nome definitivo para a trilha	através de voto direto	alunos e funcionários	Já realizado	sem custo
Elaboração de projeto Arquitetônico da ponte, pátio e auditório ao ar livre	para que o projeto esteja de acordo com a proposta de integração com o meio ambiente	Através de contratação Ou serviço voluntário De profissional da área De engenharia civil	A instituição deverá Providenciar	Próximos meses	Aproximadamente R\$ 1.000,00
Aquisição de material e Construção da ponte, Pátio e auditório ao ar livre	Para possibilitar a visitação da trilha	Através de parcerias Através das aulas nos cursos de técnico em turismo, meio ambiente e agropecuária	Escola, alunos, Comunidade, empresas	Próximos meses	Aproximadamente R\$ 10.000,00
Planejamento da visitação e manejo	Para possibilitar a implementação da trilha		Alunos, coordenadores e professores Pelos alunos do curso técnico em meio ambiente, técnico em agropecuária e funcionários da escola	Após conclusão das obras	Sem custo
Planejamento do manejo	Para prevenir e evitar erosão, contaminação do rio, perda de vegetação ao longo da trilha,	através do monitoramento constante da trilha		A partir do momento que a trilha entrar em atividade	Mão de obra



## **Cronograma de visitas**

As visitas serão organizadas em formas de palestras seguidas de caminhadas guiadas. Serão agendadas dentro e de acordo com o calendário anual escolar, uma vez que toda a rede da concepção a visitação contará com a participação dos alunos atendidos pelos vários cursos da instituição. O tempo de duração variará de acordo com o interesse do grupo de visitantes, que pode ir de simples caminhada de lazer a um grupo de melhor idade, como a uma visita científica de um grupo de acadêmicos com interesses afins.

## **Cronograma de manutenção**

A ser definido.

## **REFERÊNCIAS**

MORAES, Werter Valentim. Ecoturismo Planejamento, implantação e administração do empreendimento. Editora aprenda fácil. Viçosa MG vol 2 coleção série ecoturismo. 2000  
MORAES, Werter Valentim. Ecoturismo Capacitação de profissionais. Editora aprenda fácil. Viçosa MG vol III coleção série ecoturismo. 2000  
LECHNER, Larry. Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação. Caderno de Conservação ano 03 nº3 junho de 2006 fundação o boticário de proteção à natureza.  
SKORUPA, Ladislau Araújo. Áreas de preservação permanente e desenvolvimento sustentável. Jaguariúna: Embrapa, 2003.

## **PLANTAS MEDICINAIS**

O objetivo de trabalhar com plantas medicinais na escola é o conhecimento sobre as plantas medicinais, a realização de atividades práticas de manejo, a produção de condimentares para ser incorporada nas refeições servidas pela escola, também para aprender a utilizá-las como tratamento homeopático para os animais. As plantas medicinais servem como fonte de renda para a agricultura familiar, muitos alunos que residem na região cultivam as plantas medicinais, dessa forma, o aluno de posse desse conhecimento teórico-prático poderá utilizá-lo em sua propriedade, bem como poderá atuar neste segmento prestando serviço como técnicos agrícolas nas Associações ou Cooperativas.

## **PROGRAMA SEGUNDO TEMPO**

O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, promovido pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional e tem o propósito de democratizar o acesso à prática e a cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral dos alunos, como fator de cidadania e melhoria da qualidade de vida, através de práticas esportivas educacionais no contra turno escolar.

O Governo do Paraná assumiu através da Paraná Esportes a implementação do Programa Segundo Tempo em 212 estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino, atendendo 41.600 crianças e adolescentes.

As atividades são desenvolvidas utilizando os espaços e equipamentos disponíveis nas escolas e, quando necessário os espaços comunitários no entorno da escola.

São desenvolvidas no mínimo duas atividades práticas esportivas coletivas e uma individual, oportunizando os alunos participantes um variado leque de ações.

## **Horário e local de execução**

Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena;  
02 quadras poliesportivas e um campo de futebol para realizar as atividades desportivas  
01 sala depósito  
01 sala para jogos.  
Horário: Contra turno das aulas.

## **7 INSTÂNCIAS COLEGIADAS**

A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes na escola, estudantes devidamente matriculados, pais e ou responsáveis, e comunidade escolar, isto é, associação de moradores, igrejas, empresários locais, clube de mães, movimentos sociais.

### **CONSELHO ESCOLAR**

A escola autônoma, democrática e participativa deve sempre envolver professores, funcionários, pais e alunos na construção de um ambiente que favoreça o aprendizado.

E o Conselho Escolar é, na maioria dos casos, o espaço em que ocorre essa integração. Nesse colegiado, representantes da comunidade e do corpo docente opinam sobre questões pedagógicas, financeiras e administrativas, traçando de forma conjunta o futuro da escola.

O Conselho Escolar tem por finalidade efetivar a Gestão Escolar, na forma de colegiado promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola, conforme art. 18 o Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, com o objetivo de estabelecer, para âmbito da escola, critérios relativos à sua ação e organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria do Estado de Educação, assim, constitui-se no órgão máximo de direção, sendo ele de natureza deliberativa, consultiva e fiscal.

O Conselho tem foco no processo de ensino, buscando a interdisciplinaridade com a participação direta e efetiva dos profissionais que atuam no processo pedagógico, conforme Art. 19 – O Conselho Escolar tem por finalidade promover articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores da escola, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento. Em nossa instituição o Conselho Escolar é voltado para a redefinição das práticas pedagógicas quando as mesmas se fazem necessárias, propicia o diálogo e debate entre os docentes, equipe pedagógica, representante de alunos e pais que puderem se fazer presentes.

São discutidos amplos critérios de avaliação da aprendizagem destaque para o processo dialético implicando em novas ações.

É através da troca de idéias que os participantes reestruturam os trabalhos pedagógicos num fazer coletivo.

Os pontos discutidos no Conselho são as avaliações qualitativas que devem predominar sobre os dados quantitativos sem aboli-los. Buscamos discutir a qualidade a cada passo do processo educativo e não deixar para uma inspeção final.

As discussões envolvem o quê e como aperfeiçoar, após detectado os problemas de aprendizagem.

O Conselho por ser participativo conta com a equipe pedagógica, representante de pais, alunos e funcionários, corpo docente e direção geral da instituição.

### **GRÊMIO ESTUDANTIL**

O Grêmio Estudantil Manoel Moreira Pena, também denominado no estatuto pela sigla

G.E.M.M.P fundado em 1995 é entidade máxima de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino com sede no mesmo, organizando-se de forma livre e independente e de duração ilimitada.

O Grêmio Estudantil faz parte da comunidade escolar. Isso significa que ele participa da rede envolvida com o cotidiano da escola e comprometida com seu dia-a-dia (diretores, professores, funcionários, pais, alunos, etc.).

Está prevista na Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a responsabilidade de diretores, professores e coordenadores pedagógicos repassarem aos alunos todas as informações solicitadas. Outra forma interessante é conversar com pais e amigos que fizeram e fazem parte de movimentos estudantis pois, seguramente, eles têm muitas experiências para compartilhar.

Qualquer aluno matriculado na escola, inscrito na chapa vencedora, poderá ser da Diretoria do Grêmio.

Os cargos serão discutidos pelos próprios membros da chapa, de acordo com as áreas de interesse de cada um.

O Grêmio atua de forma independente da Diretoria, Conselho de Escola e APPAF (Associação de Pais, Professores e Funcionários), ou seja, tem autonomia para elaborar propostas, organizar e sugerir atividades para a escola. Para realiza-las, no entanto, deverão ser sempre discutidas e agendadas. É direito dos estudantes participar da organização do calendário e das atividades que serão desenvolvidas na escola.

São os estudantes que cuidam do Grêmio Estudantil. O Grêmio é uma organização autônoma de estudantes, servindo para organizar os estudantes, assim como, defender os seus direitos e desenvolver políticas para a juventude, devendo e podendo discutir todos os assuntos atuando com consciência crítica.

A característica do aluno gremista é que ele seja curioso, crítico e atuante, mantendo uma relação com a direção da escola com autonomia e responsabilidade.

O Grêmio também é um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por seus direitos.

O principal benefício que o Grêmio traz para a escola é a construção de uma consciência crítica organizada dos estudantes sobre a escola e a sociedade.

O Grêmio estudantil tem as finalidades cívicas, culturais, sociais e esportivas sendo seu tempo de duração indeterminado.

Compete ao Grêmio Estudantil:

- Defender, junto à direção do colégio, as justas reivindicações dos alunos, de forma mais democrática possível, isto é, em consonância com os seus objetivos;
- Realizar intercâmbio com entidades congêneres e comunitárias;
- Dar oportunidade para que surjam líderes mediante atividades estudantis;
- Despertar entre os estudantes o interesse por problemas sociais, políticos, nacionais e internacionais;
- Representar, coordenar, defender os estudantes perante os problemas surgidos;
- Estimular, desenvolver e oportunizar lideranças, objetivando a realização pessoal do jovem e sua preparação para o exercício consciente da cidadania;
- Desenvolver e incentivar atividades culturais, cívicas desportivas e de congregação social, bem como incentivar o estudo e o debate de temas políticos, econômicos e sociais;
- Promover a integração comunidade-aluno-escola buscando o desenvolvimento mais eficiente do processo educacional bem como lutar pela adequação do ensino a realidade da juventude e do povo à suas reais necessidades;
- Praticar dentro de suas possibilidades, assistência social e seus associados.

## **APPAF – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS**

A APPAF - Associação de Pais, Professores, Alunos e Funcionários é uma entidade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. É amparada pela Constituição Federal/88 como uma instituição auxiliar às atividades da escola, tendo autonomia para exercer direito estatutário e apoiar financeiramente as necessidades da escola. Entre as atribuições da associação destacam-se:

- a integração entre escola comunidade.
- Administrar de acordo com normas legais os recursos provindos de subvenções sociais, doações e arrecadações.

## **COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS**

A Cooperativa Escola dos alunos do Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena, de fins educativos e econômicos, rege-se por estatuto próprio e pelas leis e resoluções em vigor.

A cooperativa tem por objetivo educar os alunos dentro dos princípios do cooperativismo e servir de instrumento operacional dos processos de aprendizagem, como componente curricular da metodologia do Sistema Escola-Fazenda;

Apoiar o CEEP em sua ação educativa, integrando suas atividades ao currículo, fornecendo a prática e a fixação de conhecimentos necessários à formação integral do técnico agrícola.

Promover a defesa econômica dos interesses comuns, objetivando a aquisição de material didático e insumos em geral, necessários ao exercício da vida escolar e do processo ensino-aprendizagem;

Realizar a comercialização dos produtos agropecuários, decorrentes do processo ensino-aprendizagem, bem como a prestação de outros serviços de conveniência do ensino e do interesse dos cooperados;

Para atender as suas finalidades, a Cooperativa atuará conjuntamente com o colégio de forma a alcançar, seus objetivos procurando: treinar e capacitar os alunos cooperados, em programas de cursos de educação profissional, buscar a fixação, ampliação e reprodução dos conhecimentos de desenvolvimento, pela efetiva integração de seus associados e outras entidades de ensino e pesquisa do Paraná, aos projetos desenvolvidos, promover eventos, cursos e seminários, que contribuam para o fortalecimento da instituição, promover estudos visando à criação de um sistema de informações que possibilitem a sintonia dos cursos da instituição com o mercado, disponibilizar propostas de pesquisas e soluções tecnológicas para a educação profissional, promover e difundir o ensino profissionalizante, através do intercâmbio com outras Instituições similares no Brasil e no exterior, contribuir para o desenvolvimento de projetos cooperativos, otimizando os recursos materiais e humanos, disponíveis na instituição.

## **FORMAÇÃO CONTINUADA**

A formação continuada do quadro de professores, equipe pedagógica e funcionários é essencial para que a escola como um todo caminhe para uma formação verdadeiramente humana. Por isso, elementos como: participação efetiva; esclarecimentos de ordem geral, legislativa e específica à função; interação de direção, equipe pedagógica, administrativa e docente; materiais de apoio com linguagem clara e que estimule a gestão democrática, respeito às diferenças e diversidades; e grupos de estudos periódicos com a finalidade de socializar novos conhecimentos, proporcionando uma formação de qualidade, tornam-se indispensáveis para o êxito da escola.

A formação continuada se faz necessária para capacitar os professores a atuarem de forma integrada, articulando os conteúdos da Base Nacional Comum com os da Formação Específica, envolvendo os professores que atuam no curso.

A capacitação será garantida através de cursos de formação pedagógica para técnicos e professores da área técnica de todos os cursos oferecidos neste estabelecimento de ensino.

Assim, faz-se necessário oferecer cursos que abordem a concepção de ensino integrado, cursos para capacitar a Equipe Técnico-Pedagógica e cursos de atualização pedagógica e dos conteúdos específicos para os professores, entre outros.

A formação continuada dos docentes e funcionários são ofertados pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná pela valorização salarial, qualidade do trabalho docente e modernidade de estruturas e apoio ao educando e ao professor.

Como atores do processo ensino aprendizagem podem se qualificar todos os integrantes da escola e da comunidade que possam oferecer benefícios a formação do educando. As parcerias com ITAIPU, SENAR, SANEPAR, EMATER, Prefeituras, IBAMA, IAP, Cooperativas e Produtores, Empresas de Assistência Técnica e Comercialização de Insumos, Agroindústrias e indústrias, frigoríficos, e ainda quaisquer outros que possam oportunizar conhecimento e adequação de experiências são estimuladas e oferecem ótimo resultado.

A capacitação se estenderá aos funcionários sendo estes comunicados e incentivados a participarem do PROFUNCIÓNÁRIO ofertados pela SEED do Estado do Paraná. Bem como o quadro docente poderá participar do Projeto Folhas também oferecidos pela SEED do Estado do Paraná.

No caso de alunos, pais de alunos e outros cabem ressaltar a importância de parcerias com órgãos como: EMATER, ITAIPU, ACIENS, SENAR os Sindicatos Rurais e outras empresas do ramo do setor público e privado que proporcionam cursos, visitas técnicas e estágios extracurriculares.

## **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**

O Estágio Profissional Supervisionado representa muito mais que uma simples oportunidade de prática profissional, embora tenha nascido como eminentemente profissionalizante. Ele não pode ser considerado apenas como uma oportunidade de “treinamento em serviço”, no sentido tradicional do termo, uma vez que representa, essencialmente, uma oportunidade de integração com o mundo do trabalho.

O que distingue o estágio das demais disciplinas é que o estágio se apresenta como o momento de inserção do aluno na realidade para o entendimento do mundo do trabalho, que tem por objetivo prepará-lo, dentre outras, para a vida profissional.

O estágio supervisionado não se confunde com o chamado “primeiro emprego”. O estágio supervisionado é antes de tudo, uma atividade curricular da escola, um ato educativo assumido intencionalmente pela escola, de propiciar uma integração dos estudantes com a realidade do mundo do trabalho.

Não se concebe, atualmente, a educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

O estágio supervisionado, no âmbito do sistema político educacional do Estado do Paraná, é um poderoso recurso pedagógico que permite ao aluno o confronto entre os desafios profissionais com sua formação, entendida como formação teórico-prática. O estágio é considerado peça fundamental na formação profissional dos alunos, que não devem se restringir a meros repassadores de tecnologias e métodos de trabalhos. Pretende-se a formação de profissionais com percepção crítica da realidade, capacidade de análise das relações técnicas de trabalho e a inserção no mundo

do trabalho, capazes de desenvolver sua capacidade em contribuir e assessorar em todas as áreas onde pode atuar o profissional.

De caráter obrigatório mediante diretriz curricular, o estágio supervisionado para os cursos profissionalizantes, deverão ser realizados através da execução de atividades inerentes aos conteúdos teórico-práticos desenvolvidos nas séries/semestres cursadas ou em curso.

O Estágio Profissional Supervisionado, de caráter obrigatório, previsto na legislação vigente, atende as exigências do curso, decorrentes da própria natureza conforme o eixo tecnológico. Devendo ser planejado, executado e avaliado de acordo com o perfil profissional exigido para conclusão do curso considerando os dispositivos da legislação específica, quais sejam:

- a Lei nº 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- a Lei Nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- a Lei Nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial os artigos, 63, 67 e 69 entre outros, que estabelece os princípios de proteção ao educando;
- o Art. 405 do Decreto Lei que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, que estabelece que as partes envolvidas devem tomar os cuidados necessários para a promoção da saúde e prevenção de doenças e acidentes, considerando principalmente, os riscos decorrentes de fatos relacionados aos ambientes, condições e formas de organização do trabalho e a;
- Deliberação Nº 02/2009 – do Conselho Estadual de Educação.

O Plano de Estágio é o instrumento que norteia e normatiza os Estágios dos Alunos dos Cursos Técnicos.

## **ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO**

Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo.

Idade mínima exigida é de 16 anos.

Deverá ser assumido pela instituição de ensino a partir da demanda dos alunos, desenvolvido como atividade opcional para o aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

O estágio não obrigatório não interfere na aprovação/reprovação do aluno e não é computado como componente curricular.

O Estágio não obrigatório concebido como procedimento didático-pedagógico e como ato educativo intencional, é atividade pedagógica de competência da instituição de ensino e será planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos para a formação profissional dos estudantes, com os previstos no Projeto Político Pedagógico e descritos no Plano de Estágio não obrigatório.

O colégio designará um Pedagogo, o responsável, para aferir mediante relatório, as condições para a realização do estágio firmadas no Plano de Estágio e no Termo de Convênio.

No Estágio não obrigatório é compulsório o recebimento de bolsa ou outra forma de contraprestação acordada, bem como auxílio transporte.

## **EQUIPE MULTIDISCIPLINAR**

Equipes Multidisciplinares são instâncias de organização do trabalho escolar, preferencialmente coordenadas pela equipe pedagógica, e instituída por Instrução da SUED/SEED, de acordo com o disposto no artigo 8 da Deliberação n 04/06 – CEE/PR, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período letivo.

As equipes se constituem por meio da articulação das disciplinas da Base Nacional Comum, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica e Diretrizes

Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana com vistas a tratar da História e Cultura da África, dos Africanos, Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, na perspectiva de contribuir para que o aluno negro e indígena mire-se positivamente, pela valorização da história de seu povo, da cultura, da contribuição para o país e para a humanidade.

## **8 CALENDÁRIO ESCOLAR**

O calendário Escolar, a ser elaborado anualmente, deverá atender ao disposto na legislação vigente, bem como às normas baixadas em Instrução específica da Secretaria do Estado da Educação.

O calendário escolar fixará as datas para início e término das atividades escolares, reuniões do Conselho de Classe e Pedagógicas, datas comemorativas relacionadas com a agropecuária, feriados, recessos, sábado letivo, comemorações cívicas, planejamento, capacitação e férias dos professores.

O ano letivo poderá ser prorrogado desde que o número mínimo de dias letivos não atinja a carga horária determinada pelo sistema.

Ocorrerá o encerramento dos trabalhos escolares somente após cumpridas as cargas horárias mínimas de cada disciplina.

O Calendário Escolar deve obedecer a legislação vigente e as determinações da SEED sobre o assunto.

## **9 PLANO DE AVALIAÇÃO INTERNA E SISTEMÁTICA DOS CURSOS**

Dentre muitas funções atribuídas à escola, existe uma fundamental, que é a de promover, incentivar e motivar o aluno a aprender, para que possa exercer sua capacidade crítica e criadora.

Dentro da perspectiva de avaliação da apropriação do conhecimento pelo aluno, a escola desenvolve as seguintes ações: reuniões pedagógicas para acompanhamento do desenvolvimento do processo educativo, palestras com alunos sobre temas atuais, programa de qualidade total, projetos de incentivo e motivação; reuniões de pais para informação do rendimento escolar, pois a participação dos pais no desenvolvimento dos seus filhos é indispensável, cursos informativos. E demais ações que venham contribuir para mudanças significativas, tanto para o aluno como para o professor, para que os mesmos tenham um entendimento das transformações atuais na sociedade e na comunidade escolar.

No que se refere ao Ensino Profissional Subseqüente, os alunos são adultos, numa faixa etária bem diversificada que necessitam de um acompanhamento diferenciado no sentido de serem responsáveis pelo seu rendimento e qualificação profissional.

Existe um maior entrosamento entre aluno e equipe administrativa e pedagógica, para que seja possível traçar novos paradigmas no sentido de manter um padrão qualitativo e atualizado dos futuros profissionais.

## **AVALIAÇÃO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A avaliação deste projeto dar-se-á de forma coletiva, assim como foi a sua construção. Os momentos para essa prática serão os de início de jornada escolar, quando, também, serão pensados e elaborados os planos de aula e de ação para o semestre.

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES, **Ética a Nicômacos**. 2.ed. Brasília: Editora UnB. 1992.
- BORRILLO, D. *L'Homophobie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- BRASIL. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer e superar preconceitos*. Cadernos CECAD 4. Ministério da Educação, 2007.
- BRASIL. Leis e Decretos. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Leis e Decretos. **Decreto n. 2.208**, de 17 de abril de 1997.
- \_\_\_\_\_. Leis e Decretos. **Decreto n. 5.154**, de....de junho de 2004.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- DEMO, P., **Avaliação Qualitativa**, Ed. Cortez. São Paulo. 1988.
- ESTEBAN, M. T, **A avaliação no cotidiano escolar**. In. ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.14-20.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, G (org). **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento**. Teorias em conflito. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GADOTTI, M. Et alii, **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 1985. (Educação Contemporânea).
- \_\_\_\_\_. **A organização do trabalho na escola: alguns pressupostos**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- GRAMSCI, A. **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.
- \_\_\_\_\_. A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- HOFFMANN, J. **Avaliação, Mito e Desafio**, Educação e Realidade, Porto Alegre, 1992.
- KNAUT, D. et. al. *Política, Direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 8ª Parada Livre de Porto Alegre*. Porto Alegre: NUPACS, 2006.
- KUENZER, A. **A Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo. Cortez, 1985.
- LEVINAS, E. **Entre nós: ensaio sobre a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LIBANEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: Pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 14 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- LUCKESI, C. C., **Avaliação para além do Autoritarismo**, Ver. De Educação AEC, n. 60, 1986.
- \_\_\_\_\_. C. **Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: Cortez, 1990.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. In: Coleção os Pensadores. Trad. De Carlos Bruni. São Paulo: Victor Civita. 1978.
- \_\_\_\_\_. K. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. De Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- PARANÁ. SEED. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE) – **Uma construção coletiva**. Versão preliminar. Curitiba: 2004.
- \_\_\_\_\_. SEED. **Diretrizes da Educação Profissional: Fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: 2006.



- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política, 33ª ed. Revisada, Campinas: Autores Associados, 2000.
- \_\_\_\_\_. D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1991.
- SEED/PR – DEP. **Educação Profissional no Paraná**: Fundamentos Políticos e Pedagógicos. Curitiba, 2005.
- SNYDERS, G. et alii. **Correntes Actuais da Pedagogia**. Lisboa, Livros Horizontes, 1984.
- UNESCO. *O perfil dos professores brasileiro: o que fazem, o que pensam, o que almejam*. São Paulo: Moderna, 2004.
- VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação-Concepção Dialética-Libertadora**, Ed. Libertad, SP.
- VÁSQUEZ, A. **Ética**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- \_\_\_\_\_. A. S. **Filosofia da práxis**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.
- VEIGA, I.P.A. **Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Projeto Político Pedagógico: uma construção possível**/Alma P. A .Veiga (org). Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- \_\_\_\_\_. I.P.A. *Perspectivas e reflexões em torno do projeto político-pedagógico*. VEIGA, I.P.A e RESENDE, I.m.g. De (ORGS). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP. Papyrus, 1998.